

ARTUR DA SILVA BERNARDES

NORMA DE GÓES MONTEIRO

CREIO NO PAI BERNARDES

Oração que se pode ler de pé, barriga cheia e chapéu na cabeça.

Creio no PRM, todo-poderoso, criador da prosperidade e da Paz; e em Artur Bernardes, sempre patriota, que tanto tem padecido sob o poder de Getúlio, o ditador; foi perseguido, preso, ressurgiu porém, depois de sete anos, com a Democracia, para a salvação do Povo, de todo esquecido; está assentado à mão direita de Eduardo Gomes, donde há de vir julgar os Beneditos vivos e os Getulistas mortos; Creio na salvação de Minas, na queda da ditadura, na diminuição dos impostos; Creio no castigo dos exploradores do Povo, na ressurreição da Liberdade, para todo o sempre – Amém.

(Juiz de Fora)

Ó PRM

onde estás, que não vejo, mas te sinto circular pelas veias da cidade?

(Carlos Drummond de Andrade: "Ode ao Partido Republicano").

Personalidade das mais controvertidas da política mineira e nacional, respeitado e acatado pelos amigos como um verdadeiro líder e odiado pelos inimigos, Artur da Silva Bernardes, por sua maneira peculiar de atuar, tanto na República Velha como na República Nova, ao longo de mais de cinquenta anos, transformou-se em um mito que só a História poderá julgar. Em sua longa vivência política, participou dos momentos significativos da realidade brasileira. Se até ser alçado à presidência do Estado sua participação foi tranqüila e sem maiores dissabores, em 1922, quando assume a Presidência da República, entra em um processo turbulento, provocado pela crise do sistema. Enfrentou as situações e os problemas das mesmas decorrentes com todas as armas que lhe foram permitidas, acrescidas de um autoritarismo violento, até então só comparável ao de Floriano Peixoto na consolidação do sistema republicano. A partir de 1930 continua à frente de todos os movimentos políticos que ocorrem no País, culminando sua luta na defesa das riquezas naturais, o que o levou a abraçar a causa nacionalista da década de 50.

Abandonando os estudos de humanidades, começa a trabalhar na firma Pena e Graça, estabelecida em Coimbra, distrito de Viçosa, da qual era um dos sócios seu cunhado, José da Graça Sousa Pereira. Em 1894 é guarda-livros da firma Adriano Teles e Cia., na cidade de Rio Branco.

Nos fins do mesmo ano, encontrando-se sua família em melhor situação financeira, afasta-se do emprego e matricula-se no Externato do Ginásio Mineiro, em Ouro Preto, para prestar exames preparatórios. Por influência paterna e pela formação recebida na escola secundária, opta pelo curso de Direito. Em 1896, ao mesmo tempo que termina os exames, matricula-se como aluno ouvinte no primeiro ano da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. São seus colegas de curso Raul Soares de Moura, seu grande amigo e futuro esteio político, José Vieira Marques e Miguel Lana e Silva. Terminados os preparatórios em 1897, Ber-

nardes e companheiros prestam exames do primeiro para o segundo ano de Direito, sendo aprovados plenamente em todas as cadeiras.

Aluno da faculdade, tem como colegas de turma, além dos acima referidos, Fernando de Melo Viana, futuro presidente do Estado, Valfrido Silvino dos Mares Guia, Benjamim Amaral de Paula Lima e João Baeta Neves.

Como acadêmico de Direito, teve uma vida bastante agitada. Participou de vários movimentos estudantis durante dois anos (1896-1897) na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais e, posteriormente, na Faculdade de São Paulo (1898-1900), onde terminará os estudos.

As lutas em Canudos entusiasma a mocidade acadêmica do país. Assim, em 1897, Bernardes e alguns colegas querem combater em Canudos, para o que organizam o Batalhão Patriótico Bias Fortes, que nunca marchou para a frente de luta.

Com o objetivo de comemorar a data da abolição da escravatura, cria-se na Faculdade o jornal *Academia*, do qual era redator-chefe Nelson de Sena, secretário Rul Soares e redatores Artur Bernardes e Teófilo Pereira.

Nascido a 8 de agosto de 1875 na Vila de Viçosa, Província de Minas Gerais, filho de Antônio da Silva Bernardes, que, tendo nascido em Castanheira da Pera, Portugal, foi solicitador, sucessivamente, nas comarcas do Alto Rio Doce, Piranga e Viçosa, onde foi também o primeiro advogado provisionado e, depois, promotor de Justiça, e de Maria Aniceta Pinto Bernardes, descendente dos Vieira de Sousa¹, uma das famílias representativas da nobreza do café da Zona da Mata, Artur da Silva Bernardes ingressará na política através do casamento com Clélia Vaz de Melo, filha do velho político do Império e da República, senador Carlos Vaz de Melo.

1 Cid Rebelo Horta, "Famílias ...", in *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*, pág. 85.

O Estudante

Em fins de 1887 inicia os estudos secundários no Colégio do Caraça, então considerado um dos melhores educandários do país.

As dificuldades financeiras, resultantes da crise provocada pela lei abolicionista de 1888, atingem violentamente o Império. Apesar da política de saneamento financeiro do visconde de Ouro Preto, a circulação monetária não atende aos interesses da sociedade. Naturalmente que a Mata, região cafeeira, sofreu esse impacto. Se em 1887 Bernardes tem condições de freqüentar um colégio de alto nível, em fins de 1889 é obrigado a deixá-lo por falta de recursos paternos. É interessante destacar que os dois anos que viveu no Caraça foram fundamentais para sua formação religiosa. Enquanto a maioria dos estudantes da época se tornou simpatizante do positivismo ou do evolucionismo, Bernardes, impregnado do espírito do Caraça, manteve-se fiel à religião católica até morrer.

Apesar de ser elevado o nível do corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, faltava ao instituto tradição. Um jovem que quisesse lançar-se na vida pública tinha, necessariamente, de fazer seu curso em São Paulo ou Recife, centros fornecedores da elite política do Império e do início da República. Foi por esta razão que Bernardes, em 1898, matriculou-se, com Raul Soares e outros, na Faculdade de Direito de São Paulo, embora Afrânio de Carvalho justifique a transferência pela mudança da Faculdade para a nova capital mineira.²

Em São Paulo, Bernardes e Raul passaram a contar com o coleguismo e a amizade de Arduíno Bolivar. Nas férias, como todos regressassem às suas casas, continuava o intercâmbio entre os colegas da Zona da Mata através de

2 Afrânio de Carvalho, *Raul Soares*, pág. 40.

cartas, principalmente entre Bernardes, de Viçosa, e Raul, de Ubá. Daí nasce sólida afeição entre eles. Ambos pertenceram, possivelmente, "à mesma sociedade secreta de alunos e ex-alunos, a Bucha, versão brasileira de Burchenschaft alemã, tal a identidade de vistas que os unia".³ Essa sociedade tinha por objetivo congregar todos aqueles que alimentavam o propósito de fazer carreira política.

Ainda estudantes e juntamente com outros colegas enviam, em 1900, a Rui Barbosa um telegrama, "cumprimendo-o pela atitude assumida diante dos desmandos do governo e das agressões à liberdade e ao direito individual".⁴

Para sobreviver em São Paulo, Bernardes foi revisor do *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP; desempenhou a função de fiel no Cartório de Notas de Eulálio da Costa Carvalho, pai do senador Álvaro de Carvalho, e exerceu o magistério, lecionando português e latim no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo.

Nas férias de 1889, quando tinha acabado de prestar exames para o quarto ano de Direito, estreou no foro criminal de Viçosa, defendendo um réu perante o Tribunal do Júri. Funcionou, como acusador, seu pai, então promotor de Justiça. Naturalmente essa defesa concorreu para projetar o jovem acadêmico quando de seu retorno definitivo a Viçosa.

Ao terminar o ano de 1900, Bernardes e Raul receberam o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Entre as opções que na época se abriam para os bacharéis em Direito – banca de advocacia e promotoria pública – Bernardes se encaminha para a primeira, enquanto Raul se dirige para a segunda.

3 Francisco de Assis Barbosa, *Juscelino Kubitschek*, pág. 259.

4 *Id.*, loc. cit.

Retornando a Viçosa, é nomeado promotor de Justiça da Comarca de Manhuaçu, cargo que não assume, porque seu propósito é advogar.

Em 1901 já se mostra preocupado com a revisão da Constituição brasileira e, no jornal *Cidade de Viçosa*, publica dois artigos acerca da matéria.

O Casamento: Herdeiro Político

A 15 de junho de 1903 casa-se com Clélia Vaz de Melo, filha do senador Carlos Vaz de Melo (magistrado, advogado, fazendeiro, industrial e político), que anteriormente fora presidente da Câmara Municipal de Viçosa, deputado federal na 2^a, 3^a, 4^a e 5^a legislaturas e eleito senador por 9 anos na 5^a legislatura. Era presidente da Câmara quando Campos Sales, através de reforma do regimento da Câmara Federal, instaura no país o processo político conhecido por "política dos governadores". Com a morte do senador, em Viçosa, a 4 de novembro de 1904, Bernardes substitui o sogro na chefia da política municipal e assume, também, a direção da *Cidade de Viçosa*, cujo proprietário era seu cunhado, cel. Mário Vaz de Melo. A 1^o de janeiro de 1905 publica um artigo intitulado "Reaparecendo", no qual traça seu programa de ação, que muito se assemelha a uma plataforma política, quando diz: "Persuadidos, como estamos, de que a Constituição de 24 de fevereiro está errada em alguns pontos, e cumprindo que se não perpetuem esses erros com o nosso assentimento, dará esta folha encarniçado e impiedoso combate à idéia, propugnada por alguns, de nada se alterar nessa lei fundamental, e assumirá, em consequência, feição francamente revisionista"⁵. Portanto, a semente da revisão da Constituição Federal de 1891 transformar-se-á em uma fixação de Bernardes, que frutificará quando vier a ocupar o cargo de Presidente da República.

5 Bruno de Almeida Magalhães, *Artur Bernardes*, págs. 15-16.

Vereador

O primeiro envolvimento político de Bernardes se dá quando, em 1904, é designado pelo agente executivo de Viçosa para saudar, na estação, o Dr. Francisco Sales, presidente do Estado. Nesse mesmo ano é eleito, por unanimidade, vereador pelo Distrito de Teixeira, pertencente ao Município de Viçosa. Em 7 de setembro de 1905 é eleito presidente da Câmara mas, por motivos desconhecidos, renuncia e assume a vice-presidência. No ano seguinte é eleito novamente presidente da Câmara Municipal. Não só aceita como assume também os encargos de agente executivo. Sua rápida ascensão desperta ciúmes entre os correligionários mais antigos. A oposição lhe é feita pelo Dr. José Teotônio Pacheco. Por duas vezes medem suas forças, a primeira, em 1906, no pleito para eleger apenas um vereador, e a segunda, em fins de 1907, no pleito para renovação de toda a Câmara Municipal. Em ambas, a facção de Artur Bernardes foi vitoriosa com pequena margem de votos.

Outro momento significativo para seu batismo político ocorre em Leopoldina, sede de um Congresso de Municipalidades. Quando se preparava para partir, como agente executivo de Viçosa, recebe telegrama de Ribeiro Junqueira, chefe prestigioso da zona, para falar em nome dos responsáveis pelo Executivo da região. Falou tão bem que passou a ser considerado pelos responsáveis pela política municipal como um homem digno de ser aproveitado.⁶

Deputado Estadual

É interessante destacar que o início da vida política de Bernardes coincide com a ascensão de João Pinheiro à presidência do Estado e de Afonso Pena à suprema magistratura do país. É através do prestígio do sogro, já falecido,

6 Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, pág. 507.

que faz parte da lista de candidatos a deputado estadual pelo PRM, para a 5ª legislatura (1907-1910). Eleito pela segunda circunscrição, que compreendia os municípios de Rio Preto, São Manuel, Santa Luzia de Carangola, Mar de Espanha, São Paulo de Muriaé, Pomba, São João Nepomuceno, Viçosa, Palma, Guarará, Rio Branco, Leopoldina, Ubá, São José de Além Paraíba, Juiz de Fora, Cataguases e Rio Novo, teve como colegas de circunscrição os Drs. Francisco de Campos Sales, Heitor de Sousa, Antônio da Silveira Brum, Agostinho Pereira, Péricles Vieira de Mendonça, João Evangelista Barroso e o cel. Juvenal Coelho de Oliveira Pena. Nessa legislatura é por duas vezes eleito secretário da Mesa (1907 e 1908) e profere 11 discursos sobre problemas relacionados com a agricultura, sendo que em um deles exalta a importância da Zona da Mata no contexto mineiro e destaca a atuação do presidente João Píneiro.⁷

Ainda em 1907, seu nome aparece na *Almanaque Laemment*, como fazendeiro em Viçosa.

Deputado Federal

Eleito deputado federal para a 7ª legislatura pelo 2º distrito, renunciou à cadeira na Câmara Estadual, sendo substituído pelo Dr. Alfredo Martins de Lima Castelo Branco, em 1910. Sua eleição não foi fácil. Em lugar de Francisco Bernardino Rodrigues da Silva – que disputou avulsamente a cadeira – a direção do PRM preferiu diplomar Artur da Silva Bernardes, embora menos sufragado. A escolha do PRM vinculava-se não só ao fato de Bernardes ser genro de Carlos Vaz de Melo, mas ainda ao de reconhecerem nele "um jovem e enérgico chefe que atuava no minucípio de Viçosa, experimentado comandante do oficialismo em uma das mais duras lutas municipais da Zona da

7 *Anais da Câmara dos Deputados de Minas Gerais*, 1907, pág. 66.

Mata, longamente sustentada contra os tenazes adversários que eram os Pachecos"⁸

Incorformado com o resultado, Francisco Bernardino impetra recurso junto à Comissão de Reconhecimento de Poderes. Bernardes, no entanto, é reconhecido deputado pela 5ª Comissão de Reconhecimento, de que foi relator Altino Arantes. O processo consistiu na anulação de "2.552 votos de Artur Bernardes em Viçosa e 3.339 de Francisco Bernardino em Juiz de Fora. Com essa decisão, aprovada pela Câmara segundo instruções do oficialismo mineiro, Bernardes ficou mil e tantos votos acima de Bernardino, logrando entrar na chapa como último eleito pelo 2º distrito".⁹ Nessa legislatura teve como companheiros de circunscrição Carlos Peixoto Filho, Ribeiro Junqueira, Astolfo Dutra, Duarte de Abreu e João Penido. Na Câmara Federal sua atuação foi apagada, não faz parte de nenhuma comissão técnica e renunciou ao mandato, em 7 de setembro de 1910, para exercer o cargo de secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais.

Nas eleições presidenciais de 1910, adotou e defendeu a candidatura do marechal Hermes, que, em Viçosa, venceu com tranqüilidade, consolidando-se assim o prestígio municipal de Bernardes.

Secretário Das Finanças

Sua passagem pela Secretaria das Finanças ficou assinalada pelo início de uma política de auxílio às municipalidades, através de empréstimos a longo prazo. Municípios beneficiados: Ponte Nova, Ouro Fino, Vila Brás, Santa Rita do Sapucaí, Viçosa, Mar de Espanha, Cataguases, Vila Platina, Jacuí, Montes Claros, Caldas, Jaguari, São Gonçalo do Sapucaí, São João Nepomuceno, Itabira, Uberlândia, Ita-

8 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 507.

9 *Id., ib.*, pág. 508.

jubá, São Francisco, Araxá, São José de Além Paraíba, Oliveira, Tiradentes, São João Del Rei, Manhuaçu, Ubá, Pomba, Bom Sucesso, Passa Quatro, Queluz, Patos, Resende Costa e Palmira. O predomínio dos municípios da Mata e do Sul é incontestável.

Durante sua gestão é criada pela Lei nº 588, de 6 de setembro de 1912, a Caixa Beneficente dos Funcionários do Estado, depois transformada na Previdência dos Servidores do Estado.

Como intento de aumentar a arrecadação estadual, celebra acordo com os Estados de São Paulo e Espírito Santo (café e outros produtos) e com a Leopoldina Railway e a Estrada Ferro Bahia - Minas.¹⁰

Novamente Deputado Federal

É com facilidade que Bernardes se elege deputado federal à 9ª (1915-1917) e à 10ª legislaturas, ainda pelo 2º distrito eleitoral. Foi o mais sufragado. Sem dúvida, a política municipalista adotada por ele, como secretário das Finanças, concorreu enormemente para sua afirmação política, principalmente na Zona da Mata. Na 9ª legislatura teve como companheiros de distrito os Drs. Astolfo Dutra Nicácio, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Antônio da Silveira Brum, José Monteiro Ribeiro Junqueira e João Nogueira Penido. Na primeira sessão da legislatura elege-se presidente da Comissão Especial do Código de Contabilidade. Faziam parte da comissão Barbosa Lima, Maximiliano Figueiredo, Joaquim Luís Osório, Josino Araújo e Manuel Pedro Vilaboim.

Em 1917, seu nome é lembrado para presidente do Estado por indicação de Raul Soares, secretário da Agricultura, seu amigo e colega.

10 *Relatório da Secretaria das Finanças*, 1914, págs. 4-5.

Afonso Arinos descreve-lhe assim a personalidade, num relato retrospectivo: "Voluntarioso, austero, unindo o conhecimento minucioso dos processos de luta municipal à confiança no poder de Minas e a uma ampla ambição pessoal, o jovem deputado de Viçosa, homem típico da Mata, trazia provavelmente bem assentada no espírito a segurança da própria ascensão."¹¹ Rematando o seu perfil, Afonso Arinos afirma ainda que Bernardes era "invariavelmente cortês, extremamente reservado, sempre bem posto nos trajs e costumava ficar imóvel na sua bancada, tão atento na leitura da ordem do dia que a parecia estar aprendendo de cor".¹²

Outra opinião interessante é a de Prudente de Moraes Filho. Conversando certo dia com Afrânio de Melo Franco, na Câmara, diz que Artur Bernardes seria um dia Presidente da República. Afrânio, intrigado com a proposição do amigo, procura indagar da afirmação. E Prudente de Moraes lhe responde:

– "Porque é mineiro, não se compromete, é tenaz e usa calças sempre bem vincadas."¹³

Presidente do Estado

Embora eleito deputado para a 10^a legislatura, Bernardes renuncia ao mandato para assumir a Presidência de Minas Gerais.

"Poucas foram as alterações importantes entre essa representação e a da legislatura anterior.

No 2^o distrito, Antônio Carlos, ministro da Fazenda, fora substituído por um homem novo, cuja carreira, graças às suas qualidades e também às suas ligações com Artur

11 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 508.

12 *Id.*, *loc. cit.*

13 *Id. ib.*, pág. 509.

Bernardes, iniciadas na Faculdade de Direito de São Paulo, iria progredir vertiginosamente: Raul Soares."¹⁴

Para compreendermos a indicação de Bernardes para a presidência do Estado, é necessário conhecermos as articulações políticas que culminaram com sua candidatura e eleição.

O governo Delfim Moreira tinha como secretários Américo Lopes, do grupo de Francisco Sales, Raul Soares, ligado à política da Mata, e Teodomiro Santiago, representante da corrente sulista de Venceslau.

Em princípios de 1917 começou-se a cogitar da sucessão estadual, e Delfim Moreira apresentou com candidato Américo Lopes. Por ordem do presidente do Estado, Sales ouviu a Comissão Executiva do PRM, a começar por Bias Fortes, e todos os seus integrantes são favoráveis. Como Bernardes se encontrava em Viçosa, despacharam para ouvi-lo o deputado Gomes Lima. Bernardes não só concorreu como enviou carta a Delfim Moreira demonstrando seu assentimento.

Sales e Delfim, contudo, esqueceram-se de consultar Raul Soares e Teodomiro Santiago. Raul sentiu-se desprestigiado, vendo a Mata afastada do processo político, e reuniu-se a Sabino Barroso, Astolfo Dutra, Henrique Diniz e outros elementos para organizarem uma resistência. De longa data, Raul defendia arduamente a tese de que nenhum secretário de governo devia ser candidato a presidente do Estado. Sugere, então, a Daniel de Carvalho, espírito conciliador, aproximar-se do Presidente Venceslau, líder da região sul. Uma lista de candidatos é proposta, mas o nome de Bernardes nela não figura.

A omissão não agradou ao chefe da Mata, apesar da prontidão com que Venceslau acolheu o nome de Bernardes, logo que lhe foi lembrado em uma carta de Raul Soares. Indiscutivelmente o agrupamento de todas as correntes

14 *Id., ib.*, pág. 692.

do PRM em torno do nome de Bernardes foi vitória de Raul Soares.¹⁵

Em um banquete que lhe foi oferecido em Viçosa, Bernardes, já como candidato, apresenta uma plataforma do futuro governo. Dignificação dos processos políticos e administrativos; oposição à hegemonia política de qualquer Estado na Federação; fortalecimento dos vínculos entre os Estados para formação de uma pátria forte e grande como é o Brasil; prestação de apoio integral ao Governo da União para que ele possa cumprir desembaraçadamente as atribuições constitucionais; preocupação com o econômico e o financeiro para o progresso e o desenvolvimento de Minas, são alguns dos vários assuntos abordados pelo autor.¹⁶

Assim como João Pinheiro cercou-se de um grupo de deputados intelectualizados, o famoso "Jardim da Infância", que se transformou em uma equipe de apoio político no Legislativo ao Governo Afonso Pena, Bernardes também "foi para o governo animado de um firme propósito de renovação de valores individuais e métodos políticos em Minas".¹⁷

Reuniu, durante o seu governo, não só políticos de prestígio, mas, principalmente, intelectuais de renome. Para a Secretaria das Finanças convidou Afrânio de Melo Franco, um dos amigos mais antigos; na do Interior, colocou Raul Soares e, na da Agricultura, Clodomiro de Oliveira. Todos os três eram professores de conceito. Clodomiro, engenheiro de Minas e professor em Ouro Preto, terá papel marcante no momento crítico das concessões à Itabira iron. A preocupação de manter no governo intelectuais de prestígio levou-o a substituir Melo Franco, quando este foi nomeado ministro da Viação, por João Luís Alves, um dos remanescentes do "Jardim da Infância". No lugar de Raul,

15 *Id., ib.*, págs. 693-694.

16 Artur Bernardes, "Manifesto", Minas Gerais, 6 jan. 1918.

17 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 694.

ministro da Marinha de Epitácio, pôs seu amigo Afonso Pena Júnior, também ilustre professor. "Se o governo de Bernardes em Minas foi, como se diz, ditatorial, não há dúvida de que se tratava de uma espécie de "ditadura esclarecida".¹⁸

"Cumpria-lhe tornar Minas politicamente forte e economicamente vigorosa, e, para isto, entrou determinadamente a agir, destruindo o que ele acreditava ser vicioso nas práticas políticas – o salismo – e implantando o que ele supunha ser o padrão da justiça e da moralidade – o bernardismo."¹⁹

O PRM de Bernardes

Quase uma década decorreu para que os mineiros organizassem seu sistema estadual e o PRM. Nessa fase, Minas viveu um período débil de domínio da política a nível distrital, municipal e finalmente estadual.²⁰

Foi em 1898 que Silviano Brandão, para atender aos interesses da política federal (Campos Sales), reuniu os chefes políticos regionais mais significativos sob seu domínio. Tal domínio foi conseguido através da violência e da fraude eleitoral transformadas agora em armas legais. Com isso foi possível forjar a máquina estadual unificada que deu origem ao Partido Republicano Mineiro. A partir desse momento, Minas podia enfrentar o Governo da União, pressionado para obtenção de fundos para o seu programa político-econômico durante a crise do café. Mas não ficou só aí o empenho de Silviano. Passou a usar a crise econômica não só para reforçar as instituições estaduais, mas, principalmente, para reduzir o poder local e projetar um Estado unificado no cenário federal.²¹

18 *Id.*, *loc. cit.*

19 *Id.*, *ib.*, pág. 725.

20 Maria Efigênia Lage Resende, *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais*, pág. 139.

21 John D. Wirth, *Apogeu e Declínio da Comissão Executiva do PRM*, pág. 6.

O poder centralizava-se no Palácio da Liberdade em perfeita concordância com sua Comissão Executiva. A verdadeira sede do partido achava-se no Palácio da Liberdade. Essa Comissão, que funcionava como intermediária do poder regional, comandava os coronéis. Eram os coronéis os chefes do poder local e as eles competia carrear os votos para os candidatos aprovados pela máquina estadual. Através do partido do governo, eram controladas as nomeações políticas, pressionada a imprensa, cooptados os grupos de pressão. A falta de apoio ao partido era a derrota nas urnas. A violência e a proibição de acesso aos cargos públicos eram as armas usadas pelo presidente do Estado para dar combate às deslealdades políticas.²²

Era uma política elitista. Toda a massa rural e analfabeta foi facilmente manipulada durante o período.

As alianças do PRM sempre se fizeram com São Paulo. As duas únicas exceções foram a Campanha Civilista e a Aliança Liberal, quando Minas se aliou ao Rio Grande do Sul, sem o respaldo de São Paulo. Se na primeira o candidato gaúcho, Hermes da Fonseca, saiu vitorioso, na Aliança Liberal, devido à própria clivagem do PRM (primeira vez que isso acontecia", Vargas foi derrotado. É importante destacar que o Pacto de Ouro Fino foi a arma política acionada por São Paulo para prender Minas, Estado possuidor do maior contingente eleitoral e de bancada mais numerosa na Câmara Federal (a boiada mineira). Quando Bueno Brandão, presidente de Minas, e Cincinato Braga, representante do governador de São Paulo, reuniram-se na cidade de Ouro Fino, no ano de 1913, o objetivo do Estado paulista era comprometer Minas nas sucessões seguintes para que o Rio Grande do Sul não assumisse papel preponderante na Federação. Demais, a política econômica do Rio Grande do Sul, basicamente voltada para o mercado interno, era contrária aos interesses dos Estados de economia exportadora, como Minas e principalmente São Paulo.

22 Id., *Minas Gerais e a Nação*, pág. 78.

O PRM nunca foi monolítico. "Era um *colegiado oligárquico* em que a liderança se confundia com a máquina e não com o poder pessoal".

Por ocasião da escolha do presidente do Estado, senadores, deputados e demais autoridades, a máquina estadual era sempre abalada por conflitos entre os principais chefes locais. "Brigavam comumente várias alas perremistas dentro dos limites urbanos. Fora deles, todos obedientes ao comando de Belo Horizonte, da Comissão Executiva. (...) O povo e os próprios correligionários, nas horas de expansão de bom humor ou dos recalques, a alcunharam a *tarasca*. Mas a *tarasca* não se deixava derrotar. [...] O PRM era como os clubes fechados. Os dramas entre os sócios se liquidadavam *intramuros*. Não explodiam lá fora. O que sempre se chamou "as tragédias mudas da política mineira".²³ Essa situação se manterá até 1929.

Segundo John Wirth, o PRM era suficientemente coeso para apoiar um presidente do Estado inovador como João Pinheiro, suficientemente flexível para sobreviver às divergências entre os chefes regionais, como por exemplo a rivalidade entre Silviano e Bias Fortes, e suficientemente forte para acomodar novos chefes que surgiam, como Artur Bernardes e Raul Soares.²⁴

Quanto à Comissão Executiva, além de funcionar como um colegiado sob as ordens do presidente do Estado, tinha um papel consultivo e processual.

Cabia ao presidente selecionar os candidatos para os postos estaduais e federais. Em seguida, enviava a listagem à Comissão e esta, por sua vez, enviava suas "sugestões" aos coronéis. O articulador do processo era o secretário perpétuo do partido, cel. Francisco Bressane, que através de telegramas controlava a atuação de cada coronel na dis-

23 João Neves da Fontoura, *Memórias*, vol. I, pág. 213. [*Tarasca*: monstro lendário originado da região de Tarascon, sul da França.]

24 John D. Wirth, *Minas Gerais e a Nação*, pág. 78.

tribuição de seus votos. Garantindo o resultado esperado pelo governo, era facilitado aos coronéis o acesso aos postos locais.

É interessante ressaltar que os candidatos escolhidos a partir de 1900 para compor a chapa federal eram de duas categorias: coronéis que carregavam grande número de votos e intelectuais que iriam dar brilho à bancada mineira. Outro aspecto a destacar é a composição dos membros da Comissão Executiva. Incontestavelmente havia um predomínio de homens do Sul de Minas. Um ou outro era representante do Centro e do Norte.

Como diz John Wirth, o PRM orgulhava-se da sua habilidade em apresentar jovens talentos pelo sistema de carreira política.²⁵ Bernardes e Raul Soares são exemplos desses jovens talentosos. "Ambos assumiram a imagem e a retórica de uma nova geração, estavam ansiosos para acelerar o desenvolvimento econômico."²⁶

Assim que assumir o governo de Minas, uma das preocupações de Bernardes foi reformular o PRM. Era contrário ao sistema de colegiado da Comissão Executiva. Defendia a idéia do domínio de um homem só. Aproveitando o envelhecimento e o declínio dos fundadores do PRM, foi-lhe possível fazer uma reforma.

Primeiramente, refez a legislatura estadual, afastando cerca de 72% dos antigos deputados e 50% dos senadores estaduais. A preferência de Bernardes recaiu sobre homens portadores de títulos universitários. Pretendia, sem dúvida alguma, elitizar ainda mais o sistema. Pela primeira vez foram eleitos os antigos civilistas mais preeminentes (homens de Afonso Pena e João Pinheiro): dois Cônegos da Igreja Católica tornaram-se senadores. Com esta manobra, Bernardes, que possuía uma liderança significativa nos municí-

25 Id., *Apogeu e Declínio da Comissão Executiva do PRM*, pág. 8.

26 Id., *loc. cit.*

pios, buscava agora o voto católico da classe média dos centros urbanos em desenvolvimento.

Francisco Sales, que ainda fazia parte da Comissão Executiva, embora fosse contra as reformas extremadas de Bernardes, não se opôs radicalmente, com receio de dividir o partido.

O mais violento estava por vir. Na Convenção do PRM, a 17 de setembro de 1919, estabeleceram-se "as normas da reforma política: aproveitamento das capacidades nos postos do governo e da administração e responsabilidade efetiva de todos os responsáveis do *poder público*."²⁷

Entre outras coisas, elaboraram a reforma do estatuto e a modernização da máquina partidária: "O programa do PRM passava a defender no plano econômico: a) povoamento do território do Estado, promovendo por todos os meios a colocação e a fixação do colono nacional e estrangeiro; b) desenvolvimento dos meios de transportes e barateamento dos respectivos fretes; c) conciliação dos interesses do capital e do trabalho, por meio de leis asseguradoras das justas aspirações de um e de outro, associando-os nos resultados da produção. As teses financeiras recomendavam: a) remodelação do regime tributário, assentado no imposto territorial e no de renda, com a supressão gradual do da exportação à receita orçamentária do Estado; b) rigorosa arrecadação dos dinheiros públicos e inflexível observância nos orçamentos da despesa do Estado e nos municípios; c) exclusão absoluta de interesses políticos nas questões fiscais, tornando os exatores simples agentes da administração pública, sempre conservados, enquanto cumprirem os seus deveres, e sempre dispensados, em caso contrário, sem que os possa amparar qualquer patronato."²⁸ As proposições de Bernardes refletiam as mudanças que ocorriam na Europa de pós-guerra. Sinceras ou não as pro-

27 Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*, pág. 255.

28 Daniel de Carvalho, "Cisões no PRM", *Diário de Notícias*, 15 mar. 1959, *apud* Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*, págs. 255-256.

posições do programa, o fato é que serviram para acobertar as mudanças radicais no estatuto, pretendidas por Bernardes. Com o novo estatuto, liquidava-se o poder de Francisco Sales sobre a máquina do PRM.²⁹

Cada delegado não podia representar mais de cinco distritos locais. Antes, alguns representaram até trinta.

A Comissão Executiva foi aumentada para reforçar os votos contra Francisco Sales, seu presidente. A partir desse momento, todos os ex-presidentes do Estado tornavam-se membros perpétuos da Comissão, e mais três novos lugares foram criados para serem ocupados por adeptos do bernardismo. Finalmente, a Convenção estabeleceu que a presidência e a secretaria da Comissão mudariam anualmente. Desta maneira, eliminava-se a hegemonia de Sales e Bressane.³⁰

Bernardes, com as reformas introduzidas, torna-se o homem forte do sistema e do partido. Ele passou a dominar o Partido Republicano sem dividi-lo com ninguém. Com os seus correligionários controlou o PRM a fim de candidatar-se à Presidência da República em 1922. Quanto à luta contra os coronéis, é claro que não alcançou os dirigentes da política municipal que permaneciam fiéis ao seu comando. Limitou-se "ao centro monocultor – manufatureiro, mais densamente povoado: a Zona da Mata e o Sul do Estado". Foi uma luta "contra o exclusivismo sulista".³¹

Uma proposta apresentada por Bernardes, mas que não foi aprovada pelo Congresso Mineiro, dizia respeito a uma união constitucional transformando o cargo de chefe do executivo eleito em nomeado pelo presidente. Se esta emenda houvesse sido aprovado, aos 172 municípios mineiros teriam se transformado em braços administrativos do

29 John D. Wirth, *Apogeu e Declínio da Comissão Executiva do PRM*, pág. 10.

30 *Id., ib.*, pág. 11.

31 Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, apud Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*, pág. 257.

Palácio da Liberdade.³² Seria o domínio do autoritarismo e da centralização.

A ascensão de Bernardes à Presidência da República, que o afastou de Minas, isolando-o no Rio, liquidou com a curta era do poder de um homem só. A Comissão Executiva tornou a fortificar-se e os grandes chefes regionais agruparam-se em torno de Fernando de Melo Viana, o novo presidente do Estado.

Desta experiência resultou o aparecimento de uma nova mentalidade por parte dos dirigentes mineiros, na década de 20. A preocupação com o desenvolvimento econômico passou a constituir uma das tônicas dos governos. Se as rendas do Estado duplicaram, foi, em parte, devido à reforma dos impostos realizada por Bernardes.

Só em 1929 é que o sistema e o partido entram realmente em crise, para desaparecerem definitivamente na década de 30.

O Municipalista

O município foi sempre uma das preocupações de Bernardes. Sabia, como político hábil, que a força política do sistema situava-se nos municípios. Em discurso³³ proferido na Câmara Estadual fez uma análise minuciosa de projeto de lei que criava um Conselho de Tomada de Contas das Municipalidades. Embora declarando-se partidário de ampla autonomia municipal, defensor da descentralização administrativa, defendia, em seu discurso, a tomada de contas às Câmaras Municipais por um poder estranho aos municípios. Com isto, propugnava maior controle sobre as receitas e despesas municipais, cerne da vida política local. Quando secretário das Finanças, auxiliou imensamente os municípios através de empréstimos. Foi a "Lei nº 546, de 27 de setembro de 1910, que facultou ao Estado fazer em-

32 John D. Wirth, *Apogeu e Declínio da Comissão Executiva do PRM*, pág. 12.

33 *Anais da Câmara dos Deputados de Minas Gerais*, 1907, pág. 66.

préstimos aos municípios para obras de saneamento e outras de manifesta necessidade. [...] Essa lei foi a mais sábia combinação legislativa posta ao serviço do processo municipal em nosso Estado. Graças a ele uma súbita transformação operou-se na vida dos municípios, despertados ao seu influxo para vários melhoramentos, aos quais consagram energias novas e criadoras que vão fazendo o desenvolvimento do interior".³⁴ O mesmo se dará quando deputado federal e presidente do Estado. Em seu manifesto de candidato à Presidência do Estado, Bernardes diz que "os municípios devem cuidar com mais solicitude da própria administração e de desenvolver o progresso local. O melhor meio de consegui-lo consistirá em o Governo apoiar, de preferência, as situações que mais dignas se revelarem desse apoio pelo empenho que puserem na feitura de melhoramentos, na imparcial e severa arrecadação dos impostos e na honesta e escrupulosa aplicação dos dinheiros públicos. Simultaneamente se deve exigir deles um cunho de mais nobreza e elevação na política local como um meio de apagar dissensões e captar esforços úteis ao desenvolvimento da vida municipal e à realização de fins comuns. Moldada nestes princípios, a política municipal será benéfica às respectivas populações e porá termo a listas e competições pessoais estéreis e avessas à marcha do seu progresso, que é do próprio Estado".³⁵ Nota-se que toda a política bernardista respaldava-se no município. Daí a preocupação em favorecê-los através de empréstimos e mesmo de dotações extraordinários.

Itabira Iron

Em 1910, realizou-se em Estocolmo um congresso mundial sobre reservas de minério de ferro no mundo. O Brasil se fez presente com vários relatórios, que monstra-

34 Artur Bernardes, "Manifesto", *Minas Gerais*, 6 jan. 1918.

35 *Id.*, *oc. cit.*

vam a abundância e a pureza de seu minério de ferro. Isso provocou uma corrida de especuladores estrangeiros a Minas Gerais para compra de terras ricas de minério. Infelizmente, para o pleno desenvolvimento da indústria siderúrgica, via-se o Brasil a braços com uma série de empecilhos: a inexistência do carvão mineral barato e de boa qualidade, a carência de capital e a falta de transporte eficiente e de baixo custo. Segundo Clodomiro de Oliveira, em seu livro *A Concessão Itabira Iron*, os estrangeiros que adquiriram terras se dividiam em quatro grupos: um inglês, um americano, um alemão e um francês.³⁶

O grupo inglês (constituído de Boering Brothers, Cecil Rhodes, B. Casses, Descandolle e C. Rotschild, associados entre si) adquiriu pelo preço irrisório de 500 contos as jazidas do pico de Cauê (também chamado "a montanha de ferro"), da Conceição de Sant'Ana e de Girão, no município de Itabira, e fundou a Itabira Iron Ore Company. Por desconfiança das autoridades federais e mineiras não foi concedido o necessário contrato governamental para a Itabira Iron iniciar suas operações. "Em 1918 Cassel vendeu a empresa a um grupo de banqueiros e produtores de aço britânicos, os quais, depois de algum tempo, passaram a procurar um comprador americano. Farquhar, com o apoio financeiro de grupos empresariais americanos, adquiriu o controle da companhia."³⁷

Antes da Primeira Guerra Mundial, o Governo brasileiro havia demonstrado interesse em promover a construção de uma usina siderúrgica totalmente integrada e financiada por capital estrangeiro. Entretanto a própria Guerra afastou a possibilidade dessa construção.³⁸ A um país subdesenvolvido somente competia fornecer a matéria-prima: o minério de ferro. A construção de uma usina siderúrgica exigia um empate de capital muito grande e não interessava no mo-

36 Id., *Diário do Poder Legislativo*, 18 de junho de 1937, pág. 32310.

37 Werner Baer, *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*, pág. 92.

38 Id., *ib.*, pág. 81.

mento tal tipo de operação pelos empresários americanos e europeus.

Foi em 1919, quando já eleito Presidente da República, que Epiácio Pessoa, de volta de Versalhes, onde participara da Conferência da Paz, veio conhecer Farquhar em Nova York. Impressionado com suas idéias, Epiácio pediu-lhe que apresentasse um projeto que combinasse a criação de uma usina siderúrgica integrada com a exportação de minério de ferro. Em fins de 1919 e princípio de 1920, Farquhar apresentou ao Presidente da República um plano que consistia na exportação de minério de ferro de Itabira e na simultânea instalação de uma moderna indústria siderúrgica: propunha-se minerar cerca de quatro milhões de toneladas anuais de hematita e embarcá-las via Santa Cruz, no Espírito Santo, que seria o posto de escoamento e o local da usina de aço. Trilhos, perfis, chapas e vigas encabeçavam a lista do que seria produzido. Na viagem de retorno, os navios cargueiros de Farquhar trariam carvão norte-americano e europeu de alta qualidade para a usina.³⁹

Entusiasmado, o Presidente Epiácio assinou o referido contrato⁴⁰, aceitando os termos de Farquhar. A Itabira Iron forneceria tudo, desde uma moderna ferrovia industrial até instalações portuárias, uma linha de navegação e a usina siderúrgica, que o Presidente tanto almejava; em contrapartida, a organização de Farquhar obteria direitos de monopólio sobre a sua ferrovia privada da região mineira do Rio Doce até o porto também privado de Santa Cruz.⁴¹

Por motivos políticos, Epiácio Pessoa tornou o contrato sujeito à aprovação da Câmara dos Deputados do Estado de Minas. Em território mineiro se daria a mineração e, devido à pressão de Minas Gerais, Farquhar, posteriormente, concordará em localizar sua usina em Aimorés. A partir desse momento a Itabira iria defrontar-se com inúmeros

39 John D. Wirth, *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*, pág. 59.

40 Assinado a 29 de maio de 1920.

41 John D. Wirth, *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*, págs. 59-60.

problemas de ordem política, que culminariam com a não-aceitação, por parte do governo mineiro, do contrato.

Basicamente, duas eram as opções para a solução do problema do aço. A primeira defendia a utilização do capital, direção e carvão estrangeiros, e a segunda batia-se para que a indústria do aço não fosse controlada por concessionários alienígenas, nem dependesse, em tempo de guerra, de carvão importado.

Em sua primeira Mensagem ao Congresso mineiro, em 1919, o presidente Bernardes traçara o caminho a seguir com relação ao minério de ferro, dentro de uma posição conciliatória.

Preocupado com o desenvolvimento econômico do Estado, via no minério uma das riquezas mais importantes para a realização de sua política. Contrário à exportação do minério, para ser fundido no exterior, achava, no entanto, que o Estado deveria exigir, pelos meios a seu alcance, que aqui se fizessem instalações capazes de fornecer, ao menos às indústrias, o metal necessário ao consumo do país. A solução estaria numa lei votada pelo Congresso, reduzindo a 20, 40 ou 50 réis, por tonelada, o imposto de exportação do minério para as empresas que fundissem e transformassem em ferro e aço no Estado pelo menos 5% do minério que exportassem, e elevando o mesmo imposto a 3\$000 para os que recusassem a montagem de fábrica em território mineiro, nas condições citada.⁴² Em consequência, foi votada pelo Congresso mineiro a Lei nº 750, de 23 de setembro de 1919, que elevava a três mil-réis o imposto de exportação de minério de ferro (art. 1º) e autorizava o Executivo a reduzi-lo a 30 réis para as empresas que estabelecessem usinas para transformar em ferro e aço pelo menos 5% do minério exportado (art. 2º).⁴³

42 Artur Bernardes, *Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1919, pág. 89.

43 Daniel de Carvalho, *Capítulos de Memórias*, pág. 187.

De princípio, a iniciativa do Governo federal se coordenava com as propostas expressas pelo presidente Bernardes: unir o problema da exportação de minério e o do estabelecimento de uma usina siderúrgica integrada.

No entanto, pela Mensagem ao Congresso mineiro de 1920, percebe-se um certo receio por parte de Bernardes de assumir a responsabilidade pelo contrato, devido à falta de acordo entre os técnicos mineiros sobre a matéria. Por outro lado, quer a colaboração do Governo federal para auxiliá-lo no exame do caso, de vez que há propostas apresentadas aos dois governos, com pedidos de favores que, para não serem demasiados ou excessivos, devem ser devidamente pesados antes de concedidos.⁴⁴ Outro aspecto a destacar é a visão de Bernardes sobre o problema siderúrgico: "O governo do Estado, tendo em consideração que o problema da siderurgia no Brasil é mais nacional do que regional, por isso que a ele se liga todo o futuro do nosso país, o tem colocado em um ponto de vista muito elevado e cuidadosamente o estuda com a única preocupação de servir aos interesses nacionais do presente e do futuro." E mais: "Não se justificaria, realmente, a deliberação do governo mineiro à revelia do Governo federal, porquanto o assunto se prende internamente aos interesses da defesa do país, que sobrepõem a todos os demais."⁴⁵ Reconhecia, além do mais, tratar-se de assunto de segurança nacional.

Com intuito de salvaguardar os interesses de Minas, Artur Bernardes apressou-se em mandar encaixar um dispositivo em projeto em andamento no Congresso mineiro, que se transformou na Lei nº 793, de 21 de setembro de 1920. Em seu art. 3º, a lei estabelecia que o Poder Executivo ficava autorizado a contratar com a Itabira Iron Ore Company, ou com outra empresa, a construção de uma ou mais usinas siderúrgicas no território do Estado com a capacidade mínima de 150.000 toneladas de produção atual de ferro

44 Artur Bernardes. *Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1920, págs. 12-13. *

45 *Id.*, *loc. cit.*

e aço cada uma, podendo elevar até o limite máximo de 30 anos os prazos constantes da Lei nº 750, de 23 de setembro de 1919, que concedia isenção de quaisquer impostos estaduais existentes ou futuros e que de qualquer forma incidissem ou viessem a incidir sobre a indústria da concessão, e, bem assim, os direitos de desapropriação por utilidade pública e de utilização, durante o funcionamento da usina, de quedas-d'água pertencentes ao Estado. Em seu parágrafo único, a lei dizia que, se findo o prazo do contrato o governo reconhecesse que os contratantes cumpriram as obrigações assumidas, poderia prorrogá-lo por mais dez anos.

Portanto, esta lei, que foi pedida, sancionada e promulgada por Bernardes e referendada por seus secretários das Finanças e Agricultura, Drs. João Luís Alves e Clodomiro de Oliveira, respectivamente, prova que a primeira impressão do governo mineiro sobre o contrato de Farquhar foi boa.⁴⁶

Para Bernardes, o contrato Itabira Iron – Governo federal deveria ser completado com um contrato estadual, indispensável à sua execução.

Os debates das cláusulas deste complemento, contrato Itabira Iron – governo de Minas, é que retardaram e perturbaram as negociações. Entregues os estudos a legisladores, especialistas e técnicos, coube, porém, ao secretário da Agricultura, Dr. Clodomiro de Oliveira – professor da Escola de Minas –, o papel mais importante na recusa das propostas de Farquhar. Segundo Daniel de Carvalho, "Clodomiro revelara-se mestre na arte de criar dificuldades e retardar soluções".⁴⁷ A sua influência sobre Bernardes (amigos desde o Caraça) talvez tenha sido um os fatores mais importantes para que o presidente do Estado adiasse a assinatura do contrato da Itabira Iron, por desconfiar das verdadeiras intenções de Farquhar relativas à criação de

46 Daniel de Carvalho, *op. cit.*, pág. 188.

47 *Id., ib.*, pág. 192.

uma usina siderúrgica. Tinha também receio de que a empresa alargasse em proporções excessivas e exportação do minério; de que monopolizasse o mercado interno e impusesse preços exagerados; e, finalmente, de que criasse o monopólio de fato do transporte de minério brasileiro.⁴⁸

Torna-se interessante salientar que Clodomiro de Oliveira era partidário de pequenas usinas eletrossiderúrgicas e a carvão vegetal, e contrário à grande siderurgia e à importação de carvão estrangeiro. Mais tarde, aconselha também o aproveitamento do carvão de Criciúma e Uruçanga, em Santa Catarina, para o coque metalúrgico.⁴⁹ Esta mesma posição passará também a ser aceita, posteriormente, por Bernardes.⁵⁰

Ao mesmo tempo que Harquhar era combatido e rechaçado pelo presidente do Estado e por alguns mineiros "nacionalistas", valendo-se da circunstância de encontrar-se em visita oficial ao Brasil, o próprio Bernardes convidara o Rei Alberto da Bélgica a vir a Minas e tentava interessá-lo na possibilidade de investimento de capital belga no Estado, especialmente na produção de aço. Foi um golpe de mestre. O resultado da visita possibilitou a formação de uma empresa constituída, por um lado, de capital belga e luxemburguês – ARBED (Aciéries Réunies de Burbach-Eich Dudelange) e, por outro, de capital nacional (Companhia Siderúrgica Mineira), que deu origem, em 1981, à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, movida à base de carvão vegetal, contrariando a lógica do plano de Farquhar.

A posição nacionalista de Bernardes, no caso Itabira Iron, ainda não é extremada. O radicalismo só virá alguns anos mais tarde, na segunda metade da década de 30. Vê-se, pelas mensagens presidenciais ao Congresso mineiro de 1919 a 1922, que o chefe do Governo não se opõe de modo peremptório ao sindicato americano. Há uma coinci-

48 Artur Bernardes, *Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1921, págs. 33-36.

49 Clodomiro de Oliveira, *Concessão Itabira Iron*, pág. 385.

50 Plano Siderúrgico de Bernardes, Decreto nº 4.801.

dência de interesses na proposta de Farquhar e na legislação do governo mineiro.⁵¹ Bernardes não é contra o capital estrangeiro aplicado no país. Tanto que convida o grupo ARBED a permanecer em Minas. É contra a exploração e exportação de minério de ferro sem a correspondente instalação de uma usina siderúrgica em território mineiro. A oposição tenaz se faz através de seu secretário Clodomiro de Oliveira, que, de tanto estudar e reestruturar a proposta de Farquhar, prejudicou o andamento burocrático da Itabira Iron. Por outro lado, deve-se também lembrar que, no momento em que se devia processar a assinatura do contrato pelo governo de Minas, Bernardes já estava lançado como candidato a Presidente da República, sem ter ainda o apoio concreto do Presidente Epitácio. Talvez essa demora nos estudos do contrato tenha sido proposital, com o objetivo de forçar a definição do Presidente Epitácio – tão interessado na realização de uma política siderúrgica – na sucessão presidencial.⁵² Com isto, esperava o alinhamento de Epitácio aos interesses de Minas. Quem realmente se opôs ao sindicato americano foi Raul Soares, liquidando a questão.

É a partir da legislatura 1935-1937 que Bernardes toma atitudes radicais com relação à Itabira Iron. Em discurso pronunciado na Câmara, em 18 de junho de 1937, alerta os deputados sobre o perigo das concessões, dizendo: "para entrar, entram com os pés de lã, mas depois julgam-se donos da casa e não querem mais sair"⁵³ E prosseguindo: "A deliberação que vamos aqui tomar nos cria dupla responsabilidade: a que nos advém do exercício do mandato conferido por nossos contemporâneos, aos quais devemos contas, e a que decorrerá dos efeitos do nosso ato sobre as gerações vindouras, então impossibilitadas de chamar-nos ao ajuste destas contas."⁵⁴ É também nesse discurs-

51 Lei nº 793, de 22 de setembro de 1920.

52 Daniel de Carvalho, *op. cit.*, págs. 196-197.

53 *Diário do Poder Legislativo*, 18 de junho de 1937, pág. 32310.

54 *Ibid.*

so que defende ardorosamente o monopólio estatal da exportação do minério de ferro.

Candidato à Presidência da República

Com a morte de Rodrigues Alves, então Presidente eleito, mas não empossado, o nome de Bernardes é lembrado como candidato à Presidência da República. "Mas o seu bom senso lhe indicava a necessidade de primeiro firmar-se em Minas, cujo governo apenas iniciava, e só depois aspirar ao Catete. Qualquer iniciativa prematura poderia malograr-se e esse malogro não deixaria de comprometer alguma oportunidade futura"⁵⁵

Político hábil, Bernardes compreendeu que melhor do que ser candidato era firmar-se na posição de árbitro da sucessão. Havia necessidade de contar com o apoio total de Minas no desempenho desse papel.

A mesma posição tomará, por ocasião da morte de Delfim Moreira, referente ao cargo de Vice-Presidente da República. Lembrado um nome mineiro para ocupar o lugar vazio, Bernardes afasta qualquer possibilidade nesse sentido, "receoso de que o chamado avançamento de Minas viesse a prejudicar a sua oportunidade próxima".⁵⁶ Seu desejo é que sua candidatura seja bem recebida pelos dois grandes Estados, São Paulo e Rio Grande do Sul, que, unidos a Minas, torná-la-iam invencível. Por esta razão faz declarações de lealdade ao Rio Grande e a Borges, para serem mostradas a Soares dos Santos, e a São Paulo, em carta levada por Melo Franco para ser mostrada aos paulistas.

Na reunião de 9 de fevereiro de 1919 da Comissão Executiva do PRM, Bernardes foi credenciado para agir com plenos poderes nas negociações que se fizessem ne-

55 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 708.

56 *Id., ib.*, pág. 730.

cessárias para a escolha do novo Presidente. Usando, inicialmente, João Luís Alves e, posteriormente, Raul Soares, que acreditava ser mais apropriado para promover as articulações, lança o nome de Epiácio Pessoa. A entrega do poder a um pequeno Estado tinha por objetivo colocar a situação sob o controle de Minas. Bernardes, além de manter a tradicional ligação com São Paulo, procura agir em acordo com o Rio Grande do Sul. Portanto, Epiácio Pessoa foi candidato lançado por Minas com apoio nacional.

Não foi fácil para Minas manter a situação. Epiácio não era homem de fácil envolvimento. Só o tato de Bernardes e de seus auxiliares poderia sustentar, como fez até o final, o comando. "Tudo foi estabelecido a tempo e a hora, com cálculo e segredo, de modo a evitar-se a dispersão dos próceres e a possibilidade do choque eleitoral, de que os homens da primeira República tinham sagrado horror."⁵⁷

Bernardes era homem cauteloso e reservado. Em política dizia: "é preciso [...] confiar desconfiando sempre". E mais ainda: "No trato dessas questões é indispensável muita malícia para com os políticos desse meio e desconfiar sempre deles, por muito que nos mereçam."⁵⁸

"Austero, aliando extrema e minuciosa polidez de maneiras a um espírito de inquebrantável decisão, Bernardes era animado por uma profunda convicção na justiça e no acerto dos propósitos que alimentava. Tão acentuados eram estes traços do seu caráter que podemos, sem exagero, falar em mística, em vez de convicção, e em missão, em lugar de propósitos políticos.

Como acontece freqüentemente com os homens que depositam extrema confiança em si, Bernardes era muito desconfiado com os outros. A sua confiança em si não representava vaidade, orgulho ou superestimação do próprio eu, mas, como dissemos, uma fé quase religiosa na missão

57 João Neves da Fontoura, *op. cit.*, pág. 236.

58 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 725.

republicana que lhe tinha sido atribuída por Deus ou pelo destino. E sua desconfiança congênita nos outros nem sempre implicava em mau juízo. Dos adversários desconfiava por motivos morais, atribuindo-lhes sempre intenções cavi-losas. Dos amigos desconfiava também, mas porque os supunha ingênuos, inexperientes, despercebidos da malícia universal."⁵⁹

Em abril de 1921, Bueno Brandão, líder na Câmara, e Raul Soares iniciaram as consultas às situações estaduais. Coube ao Partido Republicano Mineiro assumir a responsabilidade do lançamento do nome de Bernardes. Um telegrama, subscrito por aqueles dois líderes, comunicava simplesmente que o PRM deliberara adotar a candidatura do Dr. Artur Bernardes à Presidência da República no próximo quadriênio, propugnando pela reunião de uma Convenção Nacional para resolver o assunto. Não era um convite, mas simples notificação.⁶⁰

Candidato à Presidência da República com o apoio de Minas e São Paulo, enfrentou uma campanha política violenta por parte da oposição – a chamada Reação Republicana, fortemente apoiada pela jovem oficialidade, revoltada com o episódio das cartas falsas. "Eleito, dizia-se, não toma posse; empossado, não governa."⁶¹ Bernardes enfrentou todas as crises civis e militares e a situação econômico-financeira crítica, e manteve-se no poder até o fim de seu período.

A 15 de novembro de 1922 chegava à Presidência da República antes dos cinquenta anos, depois de uma campanha até então a mais áspera e agitada que o país havia assistido. O posto de Vice-Presidente, vago com a morte de Urbano dos Santos, acabou ocupado por Estácio Coimbra.

59 *Id., ib.*, págs. 724-725.

60 João Neves da Fontoura, *op. cit.*, pág. 236.

61 Jorge Ferraz, discurso publicado no *Diário do Congresso Nacional*, agosto de 1975, pág. 1899.

Na órbita federal, Bernardes se dispõe a aplicar os mesmos processos adotados no governo de Minas. "Queria destruir, em nome da moral republicana, todos os inegáveis vícios da política estadualista, queria acabar com o que ele chamava a satrapia dos Estados, a oligarquia dos governadores, as imposições militaristas. Mas, no fundo, o sucesso desses propósitos coincidia com a desapareição de todos os obstáculos ao seu próprio poder. Sobre o Brasil redimido, Bernardes queria governar sozinho, afastados os impuros, escorraçados os rebeldes, destruídas as resistências contra a sua vontade, que ele confundia com a lei e com a moral."⁶²

Os ministros eram João Luís Alves, na Justiça; Félix Pacheco, no Exterior; Francisco Sá, na Viação; Sampaio Vidal, na Fazenda; Miguel Calmon, na Agricultura; Setembrino de Carvalho, na Guerra, e Alexandrino de Alencar, na Marinha. Para prefeito foi nomeado Alaor Prata.

"Chegara ao poder amargurado, envenenado mesmo pelos longos meses em que fora, sem razão, vítima da mais brutal e torpe campanha de imprensa que já atingira qualquer candidato à Presidência, no Brasil, e combatido por processos infames como o das cartas falsas, no qual elementos da maior responsabilidade dos meios jornalísticos, militares e políticos, não titubearam em se acumpliciar com ladrões e chantagistas no preparo de uma trama que custou à nação sacrifícios, gastos e vidas inocentes. Por outro lado Bernardes assumia também o Governo cercado de ameaças de toda a sorte, que tinham feito vacilar até a bravura de Epitácio, descrente confesso da viabilidade de seu mandato. Esses fatores, somados à sua desconfiança natural e à sua falta completa de conhecimento do ambiente do Rio, eram próprios para levar o Presidente a uma atitude de feroz isolamento e de metódica destruição de todos os seus inimigos e ex-adversários, tarefa que ele reputava, menos imposta por sentimentos de vingança ou por interesse da

62 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 725.

sua segurança, do que por espírito de moralidade pública e dever de manutenção da ordem no país."⁶³

Em 1922, chegava também à Câmara um deputado novato, desconhecido no meio federal e que ia ter uma atuação apagada no Legislativo, contrastante com o destino que o aguardava no Executivo – Getúlio Dornelles Vargas.

Presidente da República

"Chefe de Estado no mais tormentoso quadriênio que a República até hoje conheceu"⁶⁴, Bernardes teve de governar praticamente em estado de sítio⁶⁵, pois, além da efervescência política⁶⁶ e da permanente ameaça revolucionária⁶⁷, grave crise econômico-financeira assolava o país.

Se a crise político-militar, reflexo de uma sociedade em transformação, é a mais conhecida e estudada no período, foram, no entanto, as propostas apresentadas ao Governo brasileiro pela Missão Montagu, tentando encontrar

63 *Id., ib.*, pág. 811.

64 Artur Bernardes, "À Nação", *Minas Gerais*, 14 nov. 1926, pág. 1.

65 "Em consequência dos movimentos sediciosos de julho de 1922, o Congresso Nacional declarou o estado de sítio por 30 dias, no Distrito Federal e no Estado do Rio, por Decreto nº 4.549, de 5 de julho de 1922, e o prorrogou até 31 de dezembro do ano findo, pelo nº 4.553, de 29 do mesmo mês de julho. Por Decreto nº 15.913, de 1º de janeiro deste ano (1923), o Governo declarou o estado de sítio até abril findo e, por Decreto nº 16.015, de 23 deste mês, prorrogou-o até 31 de dezembro deste ano." (Artur Bernardes, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 3 de maio de 1923, pág. 15).

"Por todos esses fatos, o Congresso Nacional decretou o estado de sítio e o Governo o tem prorrogado por julgá-lo ainda indispensável à manutenção da ordem e à defesa da autoridade constitucional, seu precípua dever, que cumprirá sem desfalecimentos e com a necessária energia." (Artur Bernardes, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 3 de maio de 1925, pág. 16.)

"Perdurando os motivos que determinaram a decretação do estado de sítio, o Governo promulgou, por considerá-lo ainda necessário à segurança da ordem." (Artur Bernardes, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 3 de maio de 1926).

66 Intervenções nos Estados do Rio de Janeiro e do Amazonas; ingerência da União no Rio Grande do Sul para acabar com a ameaça de uma guerra civil e imposição do Pacto de Pedras Altas; ingerência da União na Bahia para apoiar a reconstituição política e administrativa.

67 Movimentos sediciosos de militares do Exército em São Paulo. Amazonas, Pará, Sergipe, Mato Grosso e, posteriormente, no Rio Grande do Sul, revolta de parte da guarnição do couçoado São Paulo.

caminhos para a situação crítica de sua economia e finanças, que direcionaram muitas das reformas introduzidas no quadriênio.

Quando de sua ascensão à Presidência da República, Artur Bernardes tinha como programa de política econômica três objetivos a serem atingidos: liquidação da dívida com o Banco do Brasil, implementação do plano de Defesa Permanente do Café, recentemente autorizado pelo Congresso Nacional, e criação de um Banco Central que gerenciasse o retorno do padrão ouro a uma paridade de 12d.

Para a concretização dessa política, deveria o Brasil recorrer aos banqueiros Rotchild, através de um empréstimo no valor de 25 milhões de libras, para cobrir uma dívida flutuante superior a 700 mil contos de réis. Ora, os banqueiros ingleses, tradicionais credores do Governo brasileiro, diante da grande dívida externa do Brasil e da baixa cotação dos títulos brasileiros nos mercados europeus, resolveram condicionar o empréstimo à avaliação de uma missão de peritos que deveriam vir ao país examinar suas reais condições financeiras.⁶⁸

A 30 de dezembro de 1923, chegava ao Rio de Janeiro a Missão chefiada por Edwin Samuel Montagu, com vasta experiência na Índia. Os outros membros eram Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong-Kong and Shanghai Bank; Lord Lovat, homem interessado em terras e plantações de algodão; Hartney Withers, antigo editor do *The Economist*; Sir Willian McLintock, sócio de uma das maiores firmas inglesas de contabilidade e auditoria; Sir Henry Linch, um industrial inglês e representante permanente dos Rotschild no Rio, e que atuaria como elemento de ligação entre a Missão e o Governo brasileiro, servindo de intérprete durante as negociações.

A Missão Montagu tem por objetivo "fornecer informações aos banqueiros de modo que, respeitando suas res-

68 Winston Fritsch, "1924". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, dez, 1980, pág. 723.

ponsabilidades para com os investidores em Londres, se habilitem a prestar assistência ao Governo brasileiro".⁶⁹ Competia, portanto, à Missão "estudar as transformações que deveriam ser feitas [...] na estrutura institucional e operacional de implementação das políticas monetárias, fiscal e do café, para que se fortalecesse a capacidade de pagamento do país, com vistas ao reinício da amortização da dívida externa, conforme havia sido acordado no esquema de consolidação assinado com os banqueiros em 1914".⁷⁰

É importante ressaltar que os membros da Missão não eram especialistas em assuntos brasileiros, mas faziam parte de círculos influentes da City. Talvez para não acirrar os ânimos dos militares revoltosos, os objetivos da missão financeira mantiveram-se em segredo até um mês antes da sua chegada ao Brasil, em dezembro. É interessante destacar que os documentos oficiais da Presidência da República não fazem referência alguma à presença da Missão.

O relatório da Missão Montagu, publicado no *Jornal do Commercio* de 29 de junho de 1924, é longo e minucioso. Seus principais capítulos dizem respeito à "Despesa do Governo", "Dívidas do Governo", "Organização Bancária", "Desenvolvimento do País", "Notas para o Ministro da Viação", "Funções", "Processo" e "Conclusão", perfazendo um total de 34 itens. Em sua introdução o relatório diz que a Missão tem por objetivo mostrar os frutos dos estudos sobre as medidas necessárias para restaurar a situação financeira do Governo federal e intensificar a prosperidade do país.

As principais questões apresentadas pela Missão ao Governo brasileiro foram: reformar as técnicas federais de orçamento de modo a permitir que o Governo efetivamente implementasse uma política fiscal mais restritiva; reduzir os gastos públicos, principalmente no que diz respeito a despesas com funcionalismo público e gastos supérfluos nos

69 *Id., loc. cit.*

70 *Id., loc. cit.*

ministérios; introduzir um novo sistema de procedimentos orçamentários, destinado a eliminar a "causa orçamentária"; assegurar a criação de um comitê de vigilância sobre as despesas, diminuir o endividamento externo excessivo dos Estados e municípios; alienar algumas companhias públicas, como o Lloyd Brasileiro e a Central do Brasil, para minimizar o valor total em libras do empréstimo solicitado pelo Brasil; propor a venda de ações do Banco do Brasil para que pudesse haver um controle financeiro estrangeiro (naturalmente inglês). Finalmente, a Missão manifestou-se contrária aos esquemas governamentais de sustentação de preços do café, a não ser em circunstâncias muito especiais.

Se algumas dessas propostas não foram aceitas pelo Governo brasileiro, outros, no entanto, seriam seguidas e adotadas. Na reforma constitucional de 1926, vê-se a influência da Missão Montagu na proibição das "caudas orçamentárias" e na obrigatoriedade de prestação anual de contas pelos Estados da União.

A modificação na regulamentação do imposto de renda, introduzida através do Decreto nº 17.390, de 26 de julho de 1926⁷¹, que incorporou a cobrança de rendas provenientes das atividades agrícolas, das indústrias extrativas vegetal e animal e dos capitais imobiliários, também resultou dos estudos da missão inglesa. Adotado no país, desde o Governo Epitácio Pessoa, o imposto de renda não constituía uma renda significativa para o orçamento, pois discriminava os agricultores como contribuintes. País cuja economia se fundamentava na produção e exploração da terra, constituía uma verdadeira aberração, principalmente para o estrangeiro, a sua exclusão do processo fiscal. Criticando a situação, o relatório da Missão propõe ao Governo "um bem elaborado sistema de impostos diretos asseguradores de que os cidadãos ricos contribuam para as despesas do Governo numa extensão que fará com que su-

71 Lei nº 4.984, de 31 de dezembro de 1925.

portem uma produção razoável no fardo que já recai sobre os mesmos afortunados".⁷² Lamenta, também, a exclusão da agricultura da nova lei do imposto sobre a renda⁷³, pois considera a agricultura a mais lucrativa das indústrias brasileiras. Sugere, ainda, a necessidade de se passar para a órbita do Governo Federal o imposto de transmissão *causa mortis*, entregue aos Estados.

Não resta a menor dúvida de que a transferência para o Estado de São Paulo da sustentação permanente do preço do café foi mais uma das influências da Missão Montagu. É bem verdade que a proposta não era transferir para os Estados a responsabilidade da defesa do café. O que os ingleses propugnavam era a abolição, por parte do Governo Federal, na medida do possível, desse esquema de política econômica.

Com o propósito de favorecer o desenvolvimento do país, a Missão inglesa sugeriu, entre inúmeras propostas, a de o Governo brasileiro isentar de impostos, por essencial concessão, determinadas empresas nacionais e estrangeiras. Defendia também a necessidade da entrada no país do capital estrangeiro para se associar ao nacional.

De fato, esse foi um dos pontos também positivos da Missão. Enquanto os peritos em finanças da Missão Montagu encontravam-se em reuniões com o Presidente da República, com o ministro da Fazenda, com o da Viação, com o presidente do Banco do Brasil e de outras empresas, Lord Lovat, antigo secretário de Estado para a Índia e assessor comercial agrícola e de reflorestamento da Missão chefiada por Lord Montagu, viajou durante dois meses pelo interior paulista e Norte do Paraná, em busca de terras para plantio de algodão. Depois de fundar a Brazil Plantations Syndicate, adquiriu duas fazendas no Estado de São Paulo, em Salto Grande e Berigui, onde plantou uma boa quantidade de algodão. Apesar dos conhecimentos técnicos, Lo-

72 "Relatório da Missão Inglesa", *Jornal do Commercio*, 29 jun. 1924.

73 Lei nº 4.783, de 27 de dezembro de 1923.

vat não foi bem sucedido, devido aos preços baixos de venda e má qualidade das sementes. Para auxiliá-lo no trato das fazendas trouxe, em 1924, Arthur H. M. Thomas para organizar as propriedades.

Em 1925 Lord Lovat visitou novamente o Brasil e o Paraná e foi por essa ocasião que, reconhecendo as imensas possibilidades oferecidas pela fertilidade das terras do Norte do Paraná, ao regressar a Londres, fundou a Paraná Plantations Ltda., com o capital inicial de £ 700.000 (setecentas mil libras). Associando-se ao capital nacional através de Antônio Morais Barros, João Sampaio, Gastão de Mesquita Filho, Gastão Vidigal, Cássio Vidigal e Hermann Morais Barros, proprietários e empresários paulistas, fundou, em 25 de setembro de 1925, com sede em São Paulo, a Companhia de Terras Norte do Paraná e, pouco depois, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná adquirida de dirigentes nacionais. Essas empresas, subsidiárias da Paraná Plantations Ltda., converteram-se nos dois fatores que promoveram o êxito da colonização do Norte do Paraná, em terras situadas entre as bacias dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí.⁷⁴ Graças ao tino de homens como Lord Lovat, aliado a figuras representativas do empresariado paulista, o Norte do Paraná em pouco tempo estava colonizado, dando origem a uma rede de centros urbanos. Em 1932, Londrina já era elevada à condição de cidade mais importante da região. Foram, portanto, a certeza de lucro e a garantia do direito de propriedade que colonizaram o Norte do Paraná.⁷⁵

Os reflexos da Missão Montagu na vida econômica, financeira e, até mesmo, institucional do país foram bastante significativos na busca de estabilidade do sistema. Artur Bernardes, apesar dos compromissos assumidos com os grupos políticos, soube ouvir e autorizar a implementação de propostas que julgava decisivas para o desenvolvimento

74 Cia. Melhoramentos Norte do Paraná (histórico).

75 *O Estado de S. Paulo*, 15 jan, 1965, Caderno Especial.

e grandeza do país. Em fins de 1924, optou por uma política eminentemente deflacionária e, como foi afirmado anteriormente, transferiu para o governo de São Paulo a responsabilidade pela defesa do café. Mas já era tarde. A crise mundial de 29 e a Revolução de 1930 eclodiram, colocando por terra todas as reformas com as quais esperava redimir a República Velha.

Além do acima exposto, destacam-se ainda, como realizações do Governo Bernardes, a reorganização do crédito bancário, a criação do Conselho Nacional do Trabalho⁷⁶, a Lei de Imprensa, a reforma da Constituição Federal⁷⁷ e a reforma do ensino.

Fazendo-se uma análise das quatro Mensagens presidenciais enviadas ao Congresso Nacional por Bernardes, sente-se uma preocupação bastante acentuada da necessidade de reformas no sistema eleitoral (voto obrigatório e secreto), implantação da educação moral no ensino, mudança da Capital da República para o interior do país, reforma da organização administrativa do Distrito Federal e de seu sistema eleitoral (voto cumulativo e secreto), revisão das leis processuais, reformas nos Códigos Penal e Comercial, na lei das sociedades anônimas, no Código Penal Militar, conveniente desenvolvimento da viação férrea e colonização das terras marginais e, finalmente, reformulação do imposto de renda.

76 Decreto nº 16.027, de 30 de abril de 1923.

77 Reformas solicitadas por Bernardes na Constituição:

- I - proibição das caudas orçamentárias;
- II - proibição de reeleição dos presidentes e governadores dos Estados;
- III - prestação anual de contas pelos Estados à União;
- IV - permissão expressa do veto parcial;
- V - criação de juízos e tribunais regionais ou de circuito, com competência de segunda instância;
- VI - limitação do instituto do *habeas-corpus*;
- VII - limitação da liberdade de comércio quando o exijam os altos interesses do país;
- VIII - limitação dos direitos dos estrangeiros;
- IX - proteção do subsolo.

(*Mensagem ao Congresso Nacional*, 3 de maio de 1924, págs. 5-10).

Não era homem de perdoar. Aos inimigos tratara sempre com ferro e fogo. Não anistiara nenhum dos militares que participaram dos movimentos de 1922 e 1924.

Em Manifesto à Nação ao cabo do segundo ano de seu Governo, ao esclarecer seu pensamento sobre a anistia aos revoltosos de 1922 a 1924, diz que "a anistia é medida política que a Nação outorga espontânea e livremente, em seu próprio benefício, mas não é e não pode ser um favor que se exija de armas na mão contra ela mesma e contra os seus representantes. Providência salutar em casos excepcionais, como processo sedativo de simples paixões políticas, a anistia não é meio de colocar em pé de igualdade no seio das classes armadas os que abnegadamente expõem a vida na defesa da Constituição e da ordem e os que, por hediondos processos, contra elas voltam armas homicidas".⁷⁸

"A um ano do termo do período presidencial, a personalidade forte de Bernardes não se quebrantara, nem se amoldara. Ele preparava-se para partir como chegara: extremamente polido e sereno, mas, no íntimo, abrasado pela mesma fé, pela mesma segurança no cumprimento de um misterioso destino salvador, em que o poder supremo – *Eu Supremo* – agrilhoasse a indisciplina dos indivíduos ao fortalecimento cada vez maior do Estado. Apenas o Presidente não explica a que destinava essa ordem, essa força. No fundo era o poder como paixão, que se realiza e se satisfaz em si mesma."⁷⁹

A 15 de novembro de 1926 transmitia Bernardes a Washington Luís Pereira de Sousa o cargo de Presidente da República, após um pleito que "decorreu com interesse e na mais completa ordem, provando que nenhuma alteração acarretam a vida normal da República e as campanhas presidenciais, quando não acompanhadas de desgarres e de

78 Artur Bernardes, *Discursos e Pronunciamentos Políticos*, págs. 97-98.

79 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 927.

ambições e das manipulações ignóbeis que assinalaram a penúltima eleição".⁸⁰

Minas: Nova Liderança

A morte de Raul Soares, em 1924, provocou uma alteração imprevista nos quadros do PRM.

Impossibilitado de vir a Minas para garantir sua posição de chefe de partido, Bernardes é substituído na função, inesperadamente, por Fernando Melo Viana – natural de Sabará –, eleito presidente do Estado em substituição a Raul Soares.

Antigo advogado-geral do Estado, durante a presidência Artur Bernardes no governo de Minas, Melo Viana foi também convocado por Raul Soares para exercer a função de secretário do Interior e Justiça, Secretaria essencialmente política. Soube Melo Viana valer-se de sua posição, tornando-se figura de frente da Tarasca. Seu domínio sobre a Comissão Executiva do PRM permitiu sua ascensão fulminante à presidência do Estado, preterindo todas as grandes figuras do partido.⁸¹

Muito mais oposicionista que homem acomodado à situação, Melo Viana passou a governar dentro de padrões que fugiam às normas ditadas pela tradicional política mineira.

Valendo-se da situação difícil em que se encontrava Bernardes, envolvido nas crises econômico-financeira, política e social que assolavam o país, Melo Viana, sem ouvir a opinião do Presidente, indica, para substituí-lo no governo de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

Por imposição de Raul Soares, Antônio Carlos havia sido líder da bancada mineira durante a Presidência Bernardes. Conquanto o Presidente não o visse com bons olhos –

80 Artur Bernardes, *Mensagem ao Congresso Nacional*, 3 de maio de 1926, pág. 7.

81 Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*, pág. 311.

considerava-o seu mais temível rival –, aceitou-o, para evitar que a liderança caísse nas mãos de um inimigo. A mesma posição assumirá quando da indicação de Antônio Carlos para presidente do Estado. "O Sr. Artur Bernardes, longe de o recusar como a uma taça de fel, aceitou-o tranquilamente, enchendo de assombro o ingênuo e quase inocente presidente de Minas"⁸². Bernardes entregava a Antônio Carlos o bastão da política mineira.

Realizando em Minas um governo marcado por inovações no campo social e político, Antônio Carlos julgava-se com direito a aspirar à Presidência da República. Esse, porém, não era o pensamento do Presidente Washington Luís. Possuía um sucessor – o paulista Júlio Prestes –, que se comprometera a manter a política financeira imposta por ele.

Era uma afronta a Minas, e a ruptura do Pacto de Ouro Fino. Para Antônio Carlos restava aliar-se ao Rio Grande do Sul, pondo fim à política do "café-com-leite" e lançando para a Presidência da República, com o apoio de João Pessoa, o nome de Getúlio Vargas, então à frente do governo do Estado sulista. "Daí a Aliança Liberal, liberada pelo oficialismo de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba [...] Contra ela se organizou a Concentração Conservadora, com a solidariedade dos demais Estados, tendo à frente o Cateite."⁸³

Se no plano nacional as dissensões políticas foram marcantes, em Minas, pela primeira vez, no momento da sucessão estadual, o PRM será fracionado de forma a não recuperar mais a unidade. No dizer de John Wirth, assistir-se-á, em Minas, ao rompimento de uma ligação unitária entre o chefe do partido e o chefe do Executivo estadual.

A sucessão de Antônio Carlos refletia a "mentalidade política de uma época, onde o personalismo sempre prevaleceu sobre as idéias. Todos os antigos chefes, ex-presiden-

82 Virgílio A. de Melo Franco. *Outubro*, 1930, pág. 69.

83 Paulo Pinheiro Chagas. *Esse Velho Vento da Aventura*, págs. 127-128.

tes do Estado, Venceslau, Bernardes e Melo Viana, julgavam-se com direito à volta ao Palácio da Liberdade. Não havia divergências ideológicas, tampouco programáticas, pois todos pertenciam ao mesmo partido, partido governamental, o PRM."⁸⁴

Enquanto as três correntes disputavam o direito à sucessão, Antônio Carlos, não querendo perder a batalha, lança o nome de Olegário Maciel, que não teve a oposição de Venceslau, foi aceito aos poucos por Bernardes e lançou Melo Viana, de maneira definitiva, para a oposição no plano federal e estadual. Porém, o PRM não mais voltaria aos seus dias de "clube fechado". Seus flancos estavam abertos e somente um homem seria capaz de segurá-lo ainda um pouco mais: Artur Bernardes.

Senador

Eleito senador federal para a 13^a legislatura (1927-1929). Artur Bernardes, após vilegiatura na Europa, profere apenas dois discursos interessantes: responde a críticas do senador Antônio Azeredo a seu Governo e debate com o senador Irineu Machado⁸⁵. Na 14^a legislatura (1930-1932) volta a ser eleito senador, mas a Revolução de 1930, através de Decreto nº 19.398, art. 2º, dissolveu o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais.

Incontestavelmente, Artur Bernardes era ainda o "elemento político de maior prestígio no PRM e fora, também, dentro deste, o mais vigoroso sustentáculo da revolução. Pode-se assegurar que sem ele, sem a exacerbação dos seus sentimentos mineiros em face das agressões de Washington Luís, a política oficial montanhesa nunca se teria inclinado para a solução extrema".

84 Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*, pág. 337.

85 *Diário do Congresso Nacional*, de 31 de agosto de 1929, págs. 2505-2506, e de 7 de setembro de 1929, págs. 2671-2674.

É bem verdade que, ao "trazer o PRM para a revolução, fazia-o por motivos muito mais perremistas do que revolucionários, uma vez que, logicamente, a revolução era contra muito do que ele próprio encarnava".⁸⁶

Bernardes e a Revolução de 1930

A derrota da Aliança Liberal virá fortalecer o ânimo daqueles que acreditavam que a solução para o Brasil estava numa revolução. É o momento em que "tenentes civis" de Minas e Rio Grande do Sul procuram a colaboração dos tenentes revolucionários da década de 20. Tenentes, de um lado, e oligarquias insatisfeitas, do outro, vão articular-se, fazendo uma união singular, com objetivos nem sempre coincidentes, como se verá posteriormente.

No caso mineiro, a vitória de Júlio Prestes foi aceita por Antônio Carlos sem contestação. Descrente da possibilidade de um movimento armado, afasta-se da área de influência governamental.

Por outro lado, Olegário Maciel, eleito e empossado, antes da revolução, assumirá toda a responsabilidade do movimento revolucionário em Minas. Com espírito de conciliação congregará, de início, todas as correntes do PRM, chefiadas por Antônio Carlos, Artur Bernardes e Venceslau Brás. Para isso comporá um secretariado em que as três correntes estão representadas. Nesse momento, Artur Bernardes, acreditando na revolução, passará a conspirar, "correndo todos os riscos, em nome do PRM, como para mostrar que ele e o partido, o partido e Minas, constituíam uma só pessoa".⁸⁷

Voltava a ser o chefe, articulando-se com os gaúchos por intermédio de Virgílio de Melo Franco. Ao lado dele

86 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, págs. 1018-1019.

87 Francisco de Assis Barbosa, *op. cit.*, pág. 348.

estavam também Cristiano Machado, Mário Brant e os irmãos Djalma e Carlos Pinheiro Chagas.

Artur Bernardes encontrava-se ao lado de Olegário Maciel quando da ordem de assalto ao 12º Regimento de Infantaria. Portanto, foi o único chefe do PRM que participou efetivamente da ação revolucionária desde o início das articulações até a entrega final das forças situacionistas.

Logo após o movimento armado, a política mineira parecia entrosada com o Governo Provisório, sob a liderança, na esfera federal, do ministro da Educação, Francisco Campos, político do grupo carlista que, em perfeito entendimento com Capanema e Lanari, formou o chamado "Bloco da Montanha", inspirador do movimento da Legião de Outubro, primitivo nome da Legião Revolucionária, que acabaria, afinal, com o rótulo de Legião Liberal Mineira. O "Bloco da Montanha" tinha um único objetivo: eliminar a um só tempo os bernardistas e os tenentistas.

É claro que os alvos principais seriam Artur Bernardes e Virgílio de Melo Franco, figuras marcantes no processo revolucionário. "Sem Minas, a revolução não teria surgido, pois o Rio Grande do Sul sozinho não a faria. E sem Virgílio, Minas não teria ido à revolução. Devemos, contudo, salientar, aqui, a cooperação que lhe deram vários mineiros, principalmente Artur Bernardes, na influência prestigiosa que exerceu sobre o meio político, notadamente sobre o presidente Olegário Maciel."⁸⁸

A eliminação dos bernardistas e dos tenentistas prendia-se principalmente à volta ao comando da política mineira de Antônio Carlos. Se no início Francisco Campos pensou no fim de Bernardes e Virgílio, chegará o momento em que Venceslau e Olegário também serão alvos de sua mira.

88 Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, pág. 179.

A desagregação do PRM tinha de ser feita a qualquer preço. Para isso armou um esquema que afastará aos poucos os elementos de liderança dentro do Estado.

O primeiro passo foi conseguir do presidente Olegário a dissolução do PRM dentro da famosa Legião de Outubro. Olegário Maciel passa a ser facilmente manipulado pelo grupo carlista – solidariza-se com a Legião.

Quanto a Artur Bernardes, suas relações com o governo do Estado vão-se tornando cada dia mais tensas. Todos os seus pedidos de nomeações de prefeitos municipais são recusados ostensivamente. Sentindo-se desprestigiado, inicia a rearticulação do PRM mesmo sem contar com a solidariedade dos antigos chefes, Antônio Carlos e Venceslau Brás, integrados no governo.

No governo a figura que mais se opõe a Bernardes é Capanema, que, por sua vez, tem alguma ascendência sobre o velho Olegário. O afastamento de Noronha Guarani da Secretaria da Agricultura, homem de Bernardes, e sua substituição por Ribeiro Junqueira, remanescente do salismo, a 10 de maio de 1931, foi o início da derrocada do bernardismo.

Na formação da Legião Liberal Mineira, Bernardes não faz parte. Ela fica entregue aos líderes Venceslau, Antônio Carlos, e Olegário Maciel. Bernardes não se conforma em ser colocado no ostracismo. Reage dentro do Estado, convocando uma convenção do PRM em Belo Horizonte, que terminou com o *putsch* de 18 de agosto de 1931. Olegário Maciel passara a ser uma incômoda presença e preocupava os outubristas, desalojados de todas as posições no Estado.

No Rio de Janeiro, Virgílio de Melo Franco também se manifestava contra Francisco Campos.

Paulo Pinheiro Chagas, fazendo uma análise dos objetivos da Convenção do PRM, em Belo Horizonte, a 31 de agosto, diz que tinha por objetivo reanimar o partido, definir os vacilantes, expurgar os traidores, em suma preparar-se para as rudes pelejas que se avizinhavam. O pretexto

era o de adequar a agremiação às novas idéias, adaptando o seu programa aos princípios que haviam informado a Aliança Liberal e a própria revolução.⁸⁹

"A verdade é que o pensamento getulista, com relação ao 18 de agosto, era o de que o próprio PRM depusesse Olegário, e Getúlio apoiaria o fato consumado."⁹⁰

Se Getúlio esperava a queda de Olegário por intermédio do PRM, já devia também ter em mente a maneira de pôr fim ao próprio PRM, símbolo das oligarquias mineiras.

O *putsch* teve como reflexos a saída de Francisco Campos do Ministério da Educação e a desagregação do "Bloco da Montanha". Com o objetivo de pacificar a política mineira, Virgílio de Melo Franco tenta conciliar as correntes divergentes. Um acordo é firmado, a 19 de fevereiro de 1932, entre Venceslau Brás, pelo Conselho Supremo da Legião Liberal, Virgílio de Melo Franco, pela Comissão Executiva do PRM, e Gustavo Capanema, pelo presidente do Estado.

Mais uma vez o velho Olegário recompõe o secretariado. Tenentistas e bernardistas, novamente unidos aos demais, organizam um partido de vida efêmera: o Social Nacionalista. A diretoria é composta de Venceslau Brás, Antônio Carlos, Bernardes, Francisco Campos, Afonso Pena Jr., Mário Brant, Ribeiro Junqueira, Virgílio de Melo Franco, Gustavo Capanema, Bias Fortes, Teodomiro Santiago, Cristiano Machado e Djalma Pinheiro Chagas. Popularmente o PSN passou a chamar-se Partido Sem Nome.

Bernardes e a Revolução Paulista

A participação de Artur Bernardes na Revolução Paulista de 1932 é outro aspecto interessante de sua trajetória

89

90 *Id., ib.*, pág. 183.

política. Sentindo-se cada vez mais desprestigiado, tanto pela política federal como pela mineira, Bernardes, entra na articulação do movimento, ao lado também das forças gaúchas, representadas por Borges de Medeiros e seu grupo, mais os Libertadores. Homem da legalidade e da ordem, espera, de um lado, que o país adote uma Constituição tirando de Vargas toda a autoridade, segundo sua concepção, ilegal. Mas o fundamental, para ele, é a derrubada de Vargas e de Olegário Maciel, ambos muito malvistos por ele. A trama revolucionária é feita de tal forma que se chega a supor que Olegário apoiará o movimento paulista populista. Contando com o apoio de vários elementos do PRM, que lhe são fiéis, e de oficiais das Forças Armadas descontentes com a situação, Bernardes é preso a 22 de setembro de 1932, na Fazenda de Bom Jardim do Turvo, município de Viçosa. De lá é levado para a Ilha do Rijo e, posteriormente, exilado em Portugal durante dois anos.

Para o exílio foram também Borges de Medeiros, Pedro de Toledo, governador de São Paulo, Djalma Pinheiro Chagas e Mário Brant. E como se tudo isso ainda não bastasse, Vargas cassou-lhes os direitos políticos por um período de três anos. Ficava o PRM, praticamente, acéfalo, sem a presença de três de suas figuras exponenciais.

Se no primeiro momento Vargas foi o vitorioso de 1932, São Paulo ganhou a revolução em 1933, com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Com o propósito de abrir caminho para a sua eleição, e pressionado pela opinião nacional, Vargas decreta, a 28 de maio de 1934, a anistia ampla. Com isso, Bernardes, Djalma e Mário Brant se tornavam elegíveis.

Deputado Federal, Outra Vez

A volta de Bernardes a Minas foi preparada festivamente pelo PRM. Eleito ao mesmo tempo para a Assembléia Legislativa e a Câmara Federal, optou pelo último

mandato e renunciou à cadeira estadual logo depois de instalada a Constituinte:

Partido da oposição, o PRM tinha como concorrente o Partido Progressista, criado pelo interventor Benedito Valadares, com o objetivo de liquidar com a velha agremiação. Na Assembléia de 48 representantes, o Partido Progressista possuía 34 membros e o PRM 14.

O fechamento do Congresso Nacional a 10 de novembro de 1937, através de um golpe de Estado, e a proibição da existência de partidos, em dezembro do mesmo ano, liquidaram, mais uma vez, com a democracia no país. Por cerca de oito anos, apesar da existência de uma Constituição outorgada ao povo brasileiro no dia do golpe, o Brasil viverá sob regime ditatorial, fundamentado nas Forças Armadas.

A primeira manifestação contrária a tal situação partirá de Minas, e, nela, Bernardes também estará presente. É o famoso *Manifesto dos Mineiros*: publicado a 24 de outubro de 1943, deu início à derrocada do regime ditatorial.

O Partido Republicano de Bernardes

A deposição de Vargas, a 29 de outubro de 1945, promoveu a redemocratização do país. As forças políticas, baseadas na Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, que anunciou as eleições, não demoraram a organizar partidos. De imediato surgiram a UDN, o PSD e o PTB, partidos de âmbito nacional. O sistema de representação proporcional incorajou o aparecimento de vários partidos menores, de âmbito restrito ao nível estadual ou regional.

Por isso, nas eleições de 1945, o Partido Republicano, fundado por Bernardes, apresentou também candidatos.

Em entrevista aos *Diários Associados*, em 31 de agosto de 1945, justificando o restabelecimento do Partido Republicano, apresenta em linhas gerais seu programa: "Em matéria de política, o Partido Republicano se baterá pelos

princípios que melhor se ajustam à nossa tradição e melhor atendem às nossas necessidades e condições próprias: a organização republicana, sob o sistema federativo presidencial. Somos pela federação, pela autonomia administrativa e política dos Estados, como a melhor segurança da própria unidade nacional, resguardados, todavia, o prestígio e a autoridade da União.

Continua: "A autonomia municipal deve ser restabelecida, sem dispensa da assistência e da cooperação dos Estados para melhor execução dos serviços locais. E para que a organização federal seja uma realidade, cumpre rever o sistema de competência tributária, para que os Estados e os municípios fiquem habilitados ao desempenho dos encargos que lhe são próprios." E prosseguindo: "A ordem social democrática, por cuja formação nos devemos empenhar, é a que resulta da harmonia e do equilíbrio entre os interesses dos homens e dos grupos, animada do espírito de fraternidade cristã. Nem o poder econômico privado, opressivo e espoliador, nem a miséria e a exploração das classes mais fracas. A iniciativa privada deve ser respeitada, mas igualmente vigiada e policiada para que não pratique abusos, alimentando ambições ilegítimas. O Estado não pode ser um simples espectador, passivo e inerte dentro de sua missão específica; cumpre-lhe intervir para policiar, regular, manter o equilíbrio, reprimir abusos e injustiças, como órgão supremo de segurança e harmonia social."⁹¹

Se o Partido Republicano não teve projeção nacional, em Minas sua presença se fez marcante. Sempre viveu de coligações, ora com o PSD, ora com a UDN. Não faltaram vice-governadores e secretários de Estado saídos de suas fileiras. Pode-se afirmar que sua sobrevivência, até 1967, resulta do culto a Bernardes. Confundia-se o Partido com a figura de seu criador.

Eleito para a Constituinte de 1946, primeira legislatura, e, posteriormente, para a segunda – 1951-1955 –, Bernar-

91 Artur Bernardes, *Discursos e Pronunciamentos políticos*, págs. 233-237.

des teve como deputado federal um papel glorioso nessa fase de sua trajetória política. Alquebrado pelo tempo, mas com o vigor de um jovem, transformou-se no defensor ferrenho de nossos recursos naturais, ferro e petróleo, bem como de nosso território (Hiléia Amazônica).

"Chamam-me – e aos que defendem esses interesses fundamentais do Brasil – de nacionalista... Se se pode chamar de nacionalismo o interesse pela defesa das coisas do Brasil, então sim, sou nacionalista, toda a Câmara deve sê-lo e também o país inteiro, pois este é o dever elementar de todos nós."⁹²

Acusado na Câmara de ser o inimigo número um da siderurgia, porque não fez o contrato com a Itabira Iron, Bernardes justifica-se dizendo: "A Itabira Iron [...] apareceu aqui como aparecem agora os trustes com o anteprojeto de Estatuto do Petróleo. Quando estrangeiros aportam ao nosso país em busca de privilégios, já trazem preparadas suas minutas de contratos e projetos de estatutos, querendo que os aprovemos sem modificações. O estilo de que se servem é propositalmente confuso, para dificultar a compreensão dos textos. Assim sucedeu ao tempo da Itabira e o mesmo ocorre, agora, com o petróleo." E dando prosseguimento: "A esta altura desejo dizer o motivo por que me tornei nacionalista. O meu nacionalismo resulta da experiência adquirida no trato dos negócios com alguns estrangeiros e da necessidade de defender interesses nacionais, quase sempre em perigo em face de interesses alienígenas. Fraquejar nessa defesa é trair a Pátria. Lidando com homens de outra mentalidade, outras tendências, outros hábitos, tem-se ensejo do conhecer-lhes o grau de sinceridade, a astúcia, a solércia. Não sou, porém, jacobino e muito menos 'chauvinista'. Os que assim possam considerar-me não têm a minha experiência nem tiveram as responsabilidades que, então, em pesavam sobre os ombros. [...] A resistência por mim criada à Itabira valeu-me, mais tarde, pertinaz

92 Artur Bernardes, *Anais do Congresso Nacional*, 14 de fevereiro de 1950.

combate à minha candidatura à Presidência da República."⁹³

Combatendo sem trégua todas as ameaças de domínio estrangeiro, faz veemente discurso contra os Acordos de Washington para exploração das jazidas de minério de ferro da Itabira, realizados durante o Estado Novo. "Por esses acordos (diz), recebemos um empréstimo de 14 milhões de dólares, representados em materiais que se destinavam ao fornecimento de minérios a preço irrisório e com exclusividade, ou monopólio a Estados estrangeiros. Para coroa-mento do cume que representam esses acordos, existe a cláusula final, dizendo que qualquer interpretação deste contrato será feita de acordo com a lei inglesa. Se há re-colonização do Brasil, senhores, é em contratos como este."⁹⁴ Nesse mesmo discurso Bernardes defende a entrada do capital estrangeiro desde que "ele venha, se implante, prospere e se retire com lucros aqui auferidos".

Quanto ao petróleo, Bernardes não se furtou de subir à tribuna da Câmara inúmeras vezes para explicar a maneira de agir dos trustes estrangeiros, e, para exemplificar, aponta a contradição entre a exposição de motivos (nacionalista) apresentada pelo Presidente Vargas e o projeto de lei (entreguista) enviado pelo Governo ao Congresso Nacional. "Pelo que conheço do estilo dos trustes, pelo que sei das suas armadilhas nos contratos que celebram, os estatutos que formulam e que sujeitam ao nosso conhecimento; pelo que conheço, este projeto é originário de trustes, teria sido passado às mãos de um de seus 'testas-de-ferro' que, por sua vez, encaminhou-o às mãos de um economista que prestava assistência ao Presidente da República." E prosseguindo: "Ele tem armadilhas e a primeira é esta. Aparentemente, o projeto figura assegurar uma solução nacionalista; mais adiante, porém, no mesmo instrumento, deixa porta aberta a que o controle da sociedade escape

93 *Id.*, *loc. cit.*

94 Artur Bernardes, *Anais da Câmara dos Deputados*, 19 de março de 1952.

das mãos do Governo para as particualres, que, no caso, serão os maiores acionistas, isto é, os trustes."⁹⁵

A posição de Bernardes com relação ao petróleo se define a 18 de setembro de 1953, por ocasião de um discurso na Câmara defendendo o monopólio pelo Estado.

Em 1948 foi firmado um tratado em Iquitos, pela diplomacia brasileira, que criava o Instituto Nacional da Hieléia Amazônica, cuja finalidade declarada era a de oferecer assistência técnico-científica aos países do grande vale, visando-lhe o desenvolvimento. Indo a exame do Congresso, a matéria foi entregue a Artur Bernardes, que, como presidente da Comissão de Segurança Nacional, através de relatório e parecer, denuncia-lhe secretas intenções. Em uma série de discursos pronunciados a partir de 1949, alerta dramaticamente a Nação contra o perigo de desmembramento da Amazônia e a perda de nossa soberania sobre a rica e extensa região. Seus discursos despertam a consciência nacional, conquistando a opinião dos parlamentares, das Forças Armadas e do grande público.

Sua crítica mais veemente recai sobre a diplomacia brasileira, responsável pela Convenção. "Os homens que ali servem ao Brasil aos poucos se desnacionalizam, devido, talvez, ao tempo que passam fora da Pátria, no trato com os estrangeiros. Poucos são os que ali pensam nacionalmente sobre os problemas brasileiros. Quase todos pensam internacionalmente." E prosseguindo: "As valsas, os coquetéis, os almoços e os jantares absorvem, de tal modo, a atenção de muitos funcionários que ali servem, que não lhes sobra tempo para refrescarem sua memória na leitura de algumas páginas do Direito Internacional Público."⁹⁶

Respondendo ao deputado Lima Cavalcanti, que elogia pessoas e enaltece a história do Itamarati, Bernardes responde: "Não nos interessam pessoas e sim os fatos. O Ins-

95 *Id., ib.*, 2 de fevereiro de 1952.

96 Artur Bernardes, prefácio ao livro de Osny Duarte Pereira, *Desnacionalização da Amazônia*, págs. 11-12.

tituto da Hiléia não é um caso de ninguém, nem é questão partidária, mas nacional! É o Brasil em causa! Renovo graças ao Criador por viver ainda e poder denunciar esse perigo à Nação, a tempo de se poder conjurá-lo na votação em plenário!"⁹⁷

Concluindo

Em linhas gerais, esta foi a trajetória política de Artur da Silva Bernardes. Homem de ação, possuía a têmpera daqueles que querem ver o resultado de suas realizações. Como político, renovou e elitizou a máquina partidária mineira; como administrador, foi um "construtor do Estado", implementando políticas de interesse público. Como legislador, foi um defensor do município contra a centralização administrativa e dos recursos naturais contra o perigo alienígena. Municipalismo e nacionalismo constituíram o fulcro de seu pensamento.

Ao traçar seu caminho soube segui-lo, apesar das adversidades que não poucas vezes teve que enfrentar. Não era de desanimar, de correr diante das dificuldades. Enérgico, voluntarioso, ambicioso, era antes de tudo um obstinado. O que se propunha fazer, realizar, não havia obstáculo que o impedisse. Ia até o fim. A reforma da Constituição de 1890 é um exemplo dessa sua maneira de ser. Em pleno estado de sítio, com o país ainda traumatizado pelo vendaval da crise político-militar que o assolou, o Congresso Nacional é levado a votar as reformas "impostas" pelo Presidente da República.

Sabia ser um homem de tato, cauteloso, reservado, quando se fazia necessário. Tinha, também, extrema confiança em si. Possuidor de um grande senso de oportunidade, soube construir sua carreira de maneira prudente, sistematizada, sem atropelos. De vereador a senador da Re-

97 Artur Bernardes, *Anais do Congresso Nacional*, 14 de fevereiro de 1950.

pública, de presidente do Estado a Presidente da Nação, sua vida é marcada por definições e realizações que o transformaram num líder com características bastante peculiares. Carismático, sua liderança, entretanto, não foi popular. Odiado pelos inimigos, mas idolatrado pelos amigos, "supunha-se – e o dizia aos seus amigos – um predestinado, um enviado de Deus para o desempenho de uma alta missão".⁹⁸

Legítimo representante do autoritarismo "modernizante", cercou-se das figuras mais significativas do quadro político e intelectual mineiro, como Raul Soares, João Luís Alves, Daniel de Carvalho, Francisco Campos, Clóvis Salgado e muitos outros que foram, ao longo da caminhada, afastando-se ou aproximando-se dele.

Artur Bernardes foi, incontestavelmente, um dos políticos que mais poder pessoal tiveram em Minas e no Brasil. Em todos os momentos marcantes da política, sua voz sempre se fez ouvir. Se o Partido Republicano Mineiro foi a expressão dos interesses do Sul e da Mata, o Partido Republicano fundado em 1945 é expressão do que podemos chamar de bernardismo.

"Homem de quebrar, mas não vergar, homem antigo, com sua fidelidade aos princípios, seu temerário destemor, sua firmeza de atitudes; homem obstinado, um tanto místico e um tanto messiânico, que teve erros e cometeu excessos."⁹⁹

A 23 de março de 1955 falecia, no Rio de Janeiro, aquele que durante cinquenta e um anos serviu à causa de Minas e do Brasil.

98 Virgílio A. de Melo Franco, *op. cit.*, págs. 58-59.

99 Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, pág. 362.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

a) FONTES PRIMÁRIAS

1. *Anais da Câmara dos Deputados*. Primeira sessão da 5ª legislatura no ano de 1907. Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907.
2. *Anais da Câmara dos Deputados*. Segunda sessão da 5ª legislatura no ano de 1908. Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908.
3. *Anais da Câmara dos Deputados*. Primeira legislatura. Sessões de 10 de junho de 1935 (23ª a 32ª sessão). Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1936. vol. IV, págs. 474 a 497.
4. *Anais da Câmara dos Deputados*. Primeira legislatura. Sessões de 5 a 12 de agosto de 1935. 54ª sessão, em 9 de junho de 1935. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1936, vol. 8º, págs. 74 a 88.
5. *Anais da Câmara dos Deputados*. Primeira legislatura. Sessões de 11 a 20 de maio de 1935. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1936, vol. 2º, págs. 148 a 155.
6. *Anais da Assembléia Constituinte*. 13ª sessão, em 21 de fevereiro de 1946. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1946, vol. II, págs. 91 a 96.
7. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, vol. III, págs. 165 a 173.
8. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953, vol. XI, págs. 337 a 341.
9. *Anais da Assembléia Constituinte*. 38ª sessão, em 2 de abril de 1946. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1947, vol. V, págs. 318 a 327.
10. BERNARDES, Artur da Silva. *Manifesto*. Ao eleitorado mineiro. Belo Horizonte, 1918.
11. -----, *Discursos e Pronunciamentos Políticos*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1977.
12. -----, *Discurso pronunciado na sessão de 18 de junho de 1937 sobre a Itabira Iron*. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1948.
13. -----, *Por que não se fez o contrato com a Itabira Iron*. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1948.
14. -----, "Plataforma". *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 20 out. 1921, págs. 1 a 6.
15. -----, "À Nação". *Minas Geraes*, Belo Horizonte, 30 dez. 1921, pág. 1.
16. -----, "Manifesto". *Minas Geraes*. Belo Horizonte, 6 jan. 1918, págs. 3 a 9.
17. *Contrato entre a The Itabira Iron Ore Company Limited e o Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1928.

18. FARQUHAR, Percival. "Contrato Itabira, resposta ao discurso do deputado Artur Bernardes em 6 de março de 1937". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 mar. (1937?).
19. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua primeira sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1919.
20. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso mineiro, em sua segunda sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1920.
21. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua terceira sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1921.
22. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Artur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro, em sua quarta sessão ordinária da 8ª legislatura no ano de 1922.
23. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da 11ª legislatura pelo Presidente da República, Artur da Silva Bernardes. Rio de Janeiro, 1923.
24. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 12ª legislatura pelo Presidente da República, Artur da Silva Bernardes. Rio de Janeiro, 1924.
25. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da segunda sessão da 12ª legislatura pelo Presidente da República, Artur da Silva Bernardes. Rio de Janeiro, 1925.
26. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da 12ª legislatura pelo Presidente da República, Artur da Silva Bernardes. Rio de Janeiro, 1926.
27. *Relatório* apresentado ao Exmº. Sr. Júlio Bueno Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Artur da Silva Bernardes, secretário das Finanças em 1911. Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.
28. *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Júlio Bueno Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Artur da Silva Bernardes, secretário das Finanças em 1912. Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.
29. *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Júlio Bueno Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Artur da Silva Bernardes, secretário das Finanças em 1913. Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913.
30. *Relatório* apresentado ao Exmº. Sr. Júlio Bueno Brandão, presidente do Estado de Minas Gerais, pelo Dr. Artur da Silva Bernardes, secretário das Finanças em 1914. Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914.
31. BERNARDES, Artur da Silva. "Comissão de Segurança Nacional". *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 27 de jan. 1949, págs. 3 e 4.
32. -----, "Restrições ao texto do Convênio de Iquitos". *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 out. 1949.

33. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1918, 1919, 1920, 1921.
34. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 1929.

b) FONTES SECUNDÁRIAS

1. ABRANCHES, Dunshee. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil - 1889 a 1917*. Rio de Janeiro, M. Abranches, 1918, vol. II.
2. *Alamanack*. Guia de Belo Horizonte. Ano II, 1913. Organizador: Filipe Vêras. Tip. Comercial, pág. 102.
3. AMADO, Gilberto, *Presença na Política*, Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1960, vol. 4.
4. AMARÍLIO Júnior. *Artur Bernardes e a Revolução*. Rio de Janeiro, Typ. São Benedicto, 1931.
5. AMORA, Paulo. *Bernardes, o Estadista de Minas na República*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964.
6. *Anhambi*, "Artur Bernardes". São Paulo, mar. 1955, ano V, vol. XVIII, nº 54, págs. 331-332, s.a.
7. *Anuário de Minas Gerais*, ano IV, 1911. Belo Horizonte, s. ed., 1911, págs. 75-76.
8. AVELAR, Antônio Ribeiro de. *Figuras da Casa de Minas*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1960.
9. BAER, Werner. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Trad. de Vando Pereira Borges. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
10. BARATA, Júlio. *A Palavra de Artur Bernardes*. Rio de Janeiro, 1934.
11. BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek. Uma Revisão na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1960, vol. I.
12. BARBOSA Lima Sobrinho, Alexandre José. "Desde quando somos nacionalistas?" *Cadernos do Povo*, Rio de Janeiro, nº 24, 1963.
13. -----, *A Verdade Sobre a Revolução de Outubro - 1930*. São Paulo, Alfa Ômega, 1975, 2ª ed.
14. CARVALHO, Afrânio de. *Raul Soares, um Líder da República Velha*. Rio de Janeiro, Forêense, 1978.
15. CARVALHO, Antônio Gontijo de. "Artur Bernardes e a Faculdade de Direito de São Paulo". *Digesto Econômico*, São Paulo, nº 122, mar./abr. 1955, págs. 120-121.
16. CARVALHO, Daniel de. "Perfil de Artur Bernardes". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1959.

17. -----, "O equívoco de 18 de agosto". *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 set. 1961.
18. -----, *Ensaio de Crítica e de História* (ed. do autor). Rio de Janeiro, 1964.
19. -----, *Capítulos de Memórias*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1957.
20. CASASSANTA, Mário. *As Razões de Minas*. Belo Horizonte, 1932.
21. *Centenário do Presidente Artur da Silva Bernardes*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1975.
22. CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Esse Velho Vento da Aventura* (Memórias). Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1977.
23. CHATEAUBRIAND, Assis. *Terra Desumana*. A vocação revolucionária do Presidente Artur Bernardes. Rio de Janeiro, Oficinas de *O Jornal*, s/d.
24. COELHO Branco Filho, A. *Retrato do Presidente Bernardes*. Rio de Janeiro, 1958.
25. *Concentração Conservadora de Minas Gerais*. A ação do Dr. Carvalho de Brito na atual campanha da sucessão presidencial da República. Rio de Janeiro, 1929.
26. FLEISCHER, David V. *Candidatos Parlamentares no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, APM.
27. FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porto Alegre, Ed. Globo, 1935.
28. FRITSCH, Winston. "1924". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. X, nº 3, dez. 1980, págs. 713-714.
29. GONÇALVES, Bento. *Homenagem ao Presidente Artur da Silva Bernardes*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1975.
30. GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro de Diplomacia e Política Externa*. Rio de Janeiro, 1938.
31. HORTA, Cid. Rebelo. "Famílias Governamentais de Minas Gerais". In: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG, 1956, págs. 43-91.
32. *Imprensa Dissidente* (A). Sua coerência. Seus processos. Belo Horizonte, 1921.
33. LAGO, Mozart. *A Convenção Nacional de 1971*. Fatos e Documentos. Rio de Janeiro, Tip. Lith Pimenta de Melo, 1921.
34. *Legião Liberal Mineira*. Esboço de organização aprovado pela primeira Assembléia Legionária, em 2 de julho de 1931. Belo Horizonte, 1931.
35. LIBÓRIO, Albuquerque. *Página de uma Campanha*. A sucessão presidencial de 1922. Bahia, Dois Mundos, 1922.

36. LIMA, Alberto de Sousa. *Artur Bernardes Perante a História*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1983.
37. LIMA, João. *Como Vivem os Homens que Governaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Batista de Souza, s.d.
38. MACHADO, Abílio. "Biografia do Exm^o. Sr. Dr. Artur da Silva Bernardes". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1921, vol. XIX, págs. 71-75.
39. MAGALHÃES, Bruno de Almeida, *Artur Bernardes*. Estadista da República. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1973.
40. MAGALHÃES, Dario de Almeida. "Artur Bernardes estilo de ação política". *Digesto Econômico*, São Paulo, nº 122, mar./abr. 1955, págs. 122-128.
41. -----, "Perfil de um Chefe Político". In.: *Páginas Avulsas*. São Paulo, Ed. Cupolo Ltda., 1957, págs. 84-92.
42. -----, *Seriedade e Responsabilidade na Vida Pública e a Posição do Sr. Artur Bernardes*. Rio de Janeiro, Tip. Batista de Souza, (1945?)
43. MARTINS, José Júlio Silveira. *Nação Agredida*. Em resposta ao livro Terra Desumana. Rio de Janeiro, Ed. Benedito de Sousa, 1926.
44. MARTINS, Rodrigo Batista. *A Masorca*. O coronelismo e a violência no processo político brasileiro. Belo Horizonte, 1977.
45. MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um Estadista da República*. Afrânio de Melo Franco e seu Tempo. Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar. S.A., 1976, 2ª ed., em convênio com o Instituto Nacional do Livro (MEC).
46. -----, *A Alma do Tempo*. Formação e Mocidade. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1961.
47. MELO FRANCO, Virgílio A. de. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980, 5ª ed.
48. MORAIS, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*. Belo Horizonte, Edições Pindorama, 1933.
49. MOURA, Margarida de. *Mineiros Ilustres*. 5ª ed., s.d.
50. MURTA, A. F. *Candidaturas Presidenciais*. Propaganda política em São Paulo do Muriaé. 1921-1922. São Paulo do Muriaé, Gráf. Hastenreiter, 1923.
51. NAVA, Pedro. *Beira-Mar*. Memórias-4. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1978.
52. OLIVEIRA, Clodomiro. *Concessão Itabira Iron*. Belo Horizonte, 1934.
53. OLIVEIRA, Martins de. *Presidente Bernardes*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1960.
54. PAVÃO, Ari. *Artur Bernardes e o Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Moderna, 1931.

55. PELÁEZ, Carlos Manoel. "Itabira Iron e a Exportação de Minério de Ferro do Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, ano 24, nº 4, out. 1970, págs. 139-157.
56. PEREIRA, Osny Duarte. *Desnacionalização da Amazônia*. São Paulo, 1958.
57. PIMENTA, Demerval José. *Implantação da Grande Siderurgia em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1967.
58. *Quatriênio Artur Bernardes*. Rio de Janeiro, Ed. do *Jornal do Commercio*, 1926.
59. RACHE, Atos de Lemos. *Contribuição ao Estudo da Economia Mineira*. Rio de Janeiro, 1957.
60. RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio Ed., 1947.
61. RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais. O Novo PRM. 1889-1906*. Belo Horizonte, FAFICH, UFMG, 1976.
62. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. "Noticiário" (Sócios Falecidos). Rio de Janeiro, nº 230, jan./mar. 1956, pág. 484.
63. RIVERA, Bueno de. *Pioneiros Expoentes de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Edições Rivera, 1970-71.
64. SALGADO, Clóvis. *Bernardes, o Estadista*. Palestra proferida na Universidade Federal de Viçosa, em 14 de junho de 1975.
65. Senado Federal. *Pesquisa Biográfica dos Senadores Brasileiros*. Brasília, 1980.
66. Senado Mineiro. *Candidaturas Presidenciais*. Belo Horizonte, 1921.
67. SENA, Nélon de. *Anuário Histórico e Corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 1918, vol. 6, t. 1, págs. 102-105.
68. SILVA, Gastão Pereira da. *Constituintes de 1946*. Dados biográficos. Rio de Janeiro, s. ed., 1947.
69. SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1975*. Belo Horizonte, Impr. Oficial. 1926.
70. TRINDADE, Álvaro Celso da. *Artur Bernardes: Cidadão e Político*. Belo Horizonte, s. d.
71. VELHO SOBRINHO, João Francisco. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1937, vol. 1.
72. WIRTH, John D. *Apogeu e Declínio da Comissão Executiva do PRM, 1898-1929*. Centro de Estudos Mineiros. 1977 (mimeo).
73. -----. *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*. Trad. de Jefferson Barata. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.
74. -----. *Minas Gerais in the Brazilian Federation - 1889-1937*. Stanford, California, Stanford University Press, 1977.
75. -----. "Minas Gerais e a Nação: um estudo de poder e dependência regional". In.: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1975, t. 3, vol. 8.

c) JORNAIS

1. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 6 jan. 1918, págs. 1-2; 8 jan. 1918, pág. 1; 10 jan. 1918, pág. 1; 10 dez. 1918, pág. 1.
2. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24 mar. 1955, pág. 3; 25 mar. 1955, pág. 3; 28 mar. 1965, pág. 4; 3 abr. 1966, pág. 7; 12 mar. 1967, págs. 5-7; 20 maio 1975, pág. 1; 8 ago. 1975, págs. 1-10; 27 nov. 1975, pág. 4; 28 mar. 1976, pág. 3.
3. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 6 jan. 1918, págs. 3-9; 5 set. 1918, pág. 3; 7 set. 1918, pág. 2; 8 set. 1918, págs. 2-4; 29 abr. 1920, pág. 4; 16 maio 1921, págs. 1-2; 17 maio 1921, pág. 3; 21 maio 1921, págs. 3-5; 9 jun. 1921, págs. 1-2; 10 jun. 1921, págs. 1-2; 19 jun. 1921, págs. 1-2; 19 out. 1921, págs. 4-5; 24 dez. 1921, págs. 3-4; 31 dez. 1921, pág. 3; 7/8 ago. 1922, págs. 1-3; 8 ago. 1926, pág. 3; 24 mar. 1955, págs. 1-4; 25 mar. 1955, págs. 1-3; 26 mar. 1955, pág. 11; 24 maio 1975, págs. 2-5-6; 12 jul. 1975, pág. 4; 6 ago. 1975, pág. 5; 7 ago. 1975, págs. 3-4; 8 ago. 1975, págs. 1-4; 9 ago. 1975, págs. 3-5.
4. *O Diário*. Belo Horizonte, 24 mar. 1955, pág. 3; 25 mar. 1955, pág. 12; 15 fev. 1959, pág. 5; 17 nov. 1961, pág. 4.

TEMAS SOCIALES

*Revista trimestral editada pela Faculdade
de Direito e Sociologia da Universidade Mayor
de San Andres, de La Paz*

Editor: MARIO DIEZ DE MEDINA G.

Casilla 1925 - La Paz - Bolivia